

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE

CURSO DE BACHARELADO EM NUTRIÇÃO

JAQUELINE COSTA DANTAS

A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SOB O OLHAR DO

**BENEFICIÁRIO: Um estudo com escolares da rede
municipal de Frei Martinho/PB**

CUITÉ/PB

2015

JAQUELINE COSTA DANTAS

**A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SOB O OLHAR DO BENEFICIÁRIO: Um estudo
com escolares da rede municipal de Frei Martinho/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Nutrição, da Unidade Acadêmica de Saúde, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Nutrição, com linha específica em Nutrição e Saúde Coletiva.

Orientadora: Msc. Poliana de Araújo Palmeira

CUITÉ/PB

2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Responsabilidade Msc. Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

D192a Dantas, Jaqueline Costa.

A alimentação escolar sob o olhar do beneficiário: um estudo com escolares da rede municipal de Frei Martinho / PB. / Jaqueline Costa Dantas. – Cuité: CES, 2015.

65 fl.

Monografia (Curso de Graduação em Nutrição) – Centro de Educação e Saúde / UFCG, 2015.

Orientadora: Msc. Poliana de Araújo Palmeira.

1. Alimentação escolar. 2. Alimentação escolar – adesão.
3. PNAE. I. Título.

CDU 612.3

JAQUELINE COSTA DANTAS

**A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SOB O OLHAR DO BENEFICIÁRIO: Um estudo
com escolares da rede municipal de Frei Martinho/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Nutrição, da Unidade Acadêmica de Saúde, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Nutrição, com linha específica em Nutrição e Saúde Coletiva.

Aprovado em ____/____/2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc. Poliana de Araújo Palmeira
Universidade Federal de Campina Grande
Orientadora

Prof. Msc. Janaina Almeida Dantas Esmero
Universidade Federal de Campina Grande
Examinadora

Leyla Helenna Gouveia Ribeiro
Mestranda no Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Universidade
Estadual da Paraíba
Examinadora

CUITÉ/PB

2015

Aos meus pais, Aguífá Lira Dantas e Jozelma Cecília da Costa Dantas, ao meu irmão, Joagny Augusto Costa Dantas, e ao meu noivo, Genivaldo Dantas da Costa Filho, pelo amor, carinho, apoio, dedicação e confiança,

Dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, por estar sempre ao meu lado, me guiando, me abençoando e me dando forças para trilhar meus caminhos pessoais e acadêmicos.

Aos meus pais, Aguifá Lira Dantas e Jozelma Cecília da Costa Dantas, pela confiança, o apoio e o amor em mim sempre depositado.

Ao meu irmão, amigo e professor Joagny Augusto, por todo o amor, a atenção e o cuidado a mim sempre dispensado. E ao meu irmão Guilherme, pelo carinho sempre dispensado.

Ao meu noivo, Genivaldo Dantas da Costa Filho, por todo o amor, a compreensão e companheirismo.

Aos meus avós, Terezinha, José Vieira, Josefa e Aguitônio (*in memorian*), pelo carinho e admiração que sempre demonstraram.

A todos os demais parentes, pela confiança e apoio sempre depositados.

A minha orientadora e mestre, Poliana de Araújo Palmeira, por todo aprendizado e oportunidades compartilhadas, pelo exemplo de profissional e ser humano, bem como pela confiança, apoio e incentivo que me fizeram amar a Nutrição Coletiva.

A Prefeitura Municipal de Frei Martinho, diretores e demais funcionários das escolas pesquisadas pelo apoio no desenvolvimento deste trabalho. E aos amigos e pesquisadores Vanessa Macedo, Ana Cristina, Erick Bernard e Jussara Dias por todo esforço e dedicação.

A todos os integrantes do Núcleo PENSO, pelas vivências, a amizade e aprendizado compartilhado durante esses dois últimos anos.

A todos os professores do curso de Nutrição, pelos ensinamentos e experiências compartilhadas e pelos momentos de alegria e descontração que tivemos a oportunidade de partilhar.

A todos os que formam a turma “Pioneiros Diurno” por todos os momentos de alegria, aprendizado, amizade e superação.

A Ruth Dantas, Daniella Sales e Luana Macedo, amigas de toda a vida, por todo amor e apoio.

A todos os companheiros e amigos que formam o “Busão do Irmão” por todo o apoio, a amizade e a cumplicidade durante esses 4 anos de curso.

Às colegas de curso e grandes amigas que a universidade me proporcionou: Vivia Medeiros, Paula Joelma, Jussara Dias, Kerolayne Fonseca, Mirelle Alcântara, Manuella Italiano, Viviane Barros e Vanessa Macedo pelo carinho e companheirismo.

Aos cuiteenses, Socorro, Vicente, Vanderlânea e Bamba por todo o carinho e o auxílio durante esses anos de curso.

Enfim, meus sinceros agradecimentos a todo povo brasileiro, por, através do pagamento de seus impostos, ter custeado meus estudos acadêmicos.

"O objetivo é fortalecer o programa de alimentação escolar que já existe nos países. Não queremos iniciar programa nenhum. Queremos fortalecer os programas a partir da realidade deles (...)"

Najila Veloso - Coordenadora do projeto Fortalecimento dos
Programas de Alimentação Escolar da FAO Brasil

RESUMO

DANTAS, J. C. **A alimentação escolar sob o olhar do beneficiário: Um estudo com escolares da rede municipal de Frei Martinho/PB.** 2015. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) - Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, 2015.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é caracterizado como a política pública no âmbito da alimentação e nutrição mais duradoura do Brasil e o maior programa de alimentação escolar do mundo, visando garantir o acesso a uma alimentação de qualidade e em quantidade suficiente durante a permanência na escola. Com isso, o presente estudo tem o intuito de avaliar a adesão à alimentação escolar pelo aluno e relacioná-la com os marcadores de consumo alimentar saudável e não saudável dos escolares matriculados na rede municipal de ensino de Frei Martinho/PB. Para isso foi realizado, no ano de 2014, um estudo de natureza transversal e descritivo. A amostra utilizada foi composta de 284 escolares, sendo 129 crianças e 155 adolescentes. Foram coletadas informações socioeconômicas, comportamento alimentar e marcadores de consumo alimentar do escolar, além da análise da alimentação escolar pelo aluno. Para determinação da adesão à alimentação escolar categorizou a frequência de consumo em Forte Adesão e Fraca Adesão/Não Consumiu, sendo estes representados respectivamente por 4 a 5 vezes/semana e 1 a 3 vezes/semana ou não consumiu. Os responsáveis pelos escolares assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido permitindo a realização da pesquisa e consequente divulgação dos dados. Os resultados apresentaram um alto percentual de aceitabilidade (93,9%) e variedade (90,1%) das preparações servidas na escola, porém apenas 54,2% dos escolares entrevistados relataram uma adesão efetiva à alimentação escolar, sendo este maior entre as crianças. Ainda, o cardápio oferecido no mês da pesquisa era composto por 11 preparações, sendo 4 a base de cuscuz e 3 a base de arroz, além da ausência de frutas e verduras in natura. Todas as preparações com exceção do Cuscuz com Frango e Iogurte com Biscoito Salgado expuseram um relato de desperdício por mais de 20% dos entrevistados. Em relação aos marcadores de consumo alimentar observou-se um baixo consumo efetivo dos indicadores de alimentação saudável,

com exceção do Feijão (82,3%). Os marcadores de alimentação não saudável também apresentaram um baixo consumo efetivo, porém observou-se que a frequência de adesão à alimentação escolar variou de maneira inversamente proporcional com a frequência do consumo de batata frita ou salgado frito, doces ou biscoito recheado e refrigerante. Como também, vislumbrou-se em 34% e 29% dos escolares o comportamento alimentar de comprar e trazer lanches para o ambiente da escola, respectivamente. Diante do exposto, alguns aspectos relacionados a uma maior responsabilização da escola pelo cardápio oferecido e o bem-estar do aluno, visando estimular este aluno a uma maior adesão efetiva à alimentação escolar, podem contribuir para que o Direito Humano a Alimentação Escolar seja exercido por todos os escolares.

Palavras chaves: Adesão. Alimentação escolar. PNAE.

ABSTRACT

DANTAS, J. C. **School feeding under the gaze of the beneficiary: a study with students from municipal Frei Martinho/PB.** 2015. 65 f. Completion of course work (Undergraduate Nutrition) - Federal University of Campina Grande, Cuité, 2015.

The National School Feeding Program (NSFP) is characterized as public policy within the feeding and nutrition most enduring in Brazil and the largest school feeding program in the world, aiming at ensuring access to a quality feeding and enough of it during the stay in school. Therewith, the present study aims to assess adherence to school feeding by the student and relate it to the markers of healthy feeding consumption and unhealthy of children enrolled in public schools of Frei Martinho/PB. To this was accomplished, in 2014, a study of cross-type census nature. The sample was composed of 284 students, 129 children and 155 adolescents. Were collected socioeconomic data, eating behavior and food consumption markers of the student, as well as analysis school feeding by the student. To determine the accession to the school feeding categorized the frequency of consumption in Fort Accession and Poor Accession / Not Consumed, these being represented respectively by 4 to 5 times / week and 1 to 3 times / week or not consumed. Those responsible for the students signed a Free Consent and Clarified Term allowing the research and subsequent dissemination. The results showed a high percentage of acceptability (93.9%) and variety (90.1%) of meals served at school, but only 54.2% of the students interviewed reported an effective accession to the school feeding, being the percent of adherence most effective among children. In addition, the menu offered in the month of the survey was composed of 11 preparations, being 4 based on couscous and 3 based on rice, besides the absence of fruits and vegetables *in natura*. All the preparations except the Couscous with Chicken and Yogurt with Cracker exposed a report of waste for over 20% of respondents. In relation to markers of food consumption was observed a low effective consumption of healthy eating indicators, except the Beans (82.3 %). The unhealthy diet markers also showed a low effective consumption, but it was observed that the frequency of accession to the school feeding varied inversely with the frequency of consumption of French fries or fried snacks, candy or cookie stuffed and Refrigerant. As well, glimpsed in 34% and 29% of students feeding behavior to buy and bring snacks to the school environment, respectively. Given the

above, some aspects related to greater accountability by the school menu offered and the student welfare, aiming to stimulate this student to a higher effective accession to the school feeding, can contribute to the Human Right School Feeding is exercised by all students.

Keywords: Accession. School feeding. NSFP.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAE	Conselho de Alimentação Escolar
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PIDESC	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
II PRONAN	II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 OBJETIVOS	15
2.1 OBJETIVO GERAL.....	15
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	15
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	16
3.1 DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	16
3.2 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	19
3.3 CONSUMO ALIMENTAR DE ESCOLARES.....	23
4 METODOLOGIA	25
4.1 POPULAÇÃO E DESENHO DO ESTUDO.....	25
4.2 COLETA DE DADOS.....	25
4.3 ANÁLISE DE DADOS.....	27
4.4 ASPECTOS ÉTICOS.....	28
5 RESULTADOS	29
6 DISCUSSÃO	35
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44
APÊNDICES	50
ANEXO	60

1 INTRODUÇÃO

O direito a uma alimentação adequada para os estudantes das escolas públicas está assegurado pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 208, incisos IV e VII, a qual rege que o estado deve garantir atendimento as crianças de zero a cinco anos, por meio de creches e pré-escolas, bem como aos escolares da educação básica fornecendo suporte através da distribuição de material didático, transporte escolar, alimentação e assistência à saúde.

Sendo assim, para assegurar o direito no tocante à alimentação, existe o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que tem o intuito de fornecer uma alimentação de qualidade aos discentes da rede pública de ensino e escolas filantrópicas conveniadas durante a sua permanência na escola, visando um objetivo maior de promover o crescimento e desenvolvimento dos alunos, reduzir a evasão escolar, melhorar o rendimento do aluno, além de promover a formação de hábitos alimentares saudáveis, levando em consideração a cultura regional (BRASIL, 2013).

Considerando a complexidade desses objetivos, os estudos mostram que a implementação deste programa ainda se configura como um desafio aos gestores, especialmente no campo da extinção de espaços de venda de alimentos no âmbito escolar ou próximo a este; no acompanhamento periódico do estado nutricional e do consumo alimentar dos escolares, visto a importância de avaliar as preferências e práticas alimentares destes; e na adesão efetiva por todos os escolares à alimentação servida pela escola (BLEIL; SALAY; SILVA, 2009; PEIXINHO, 2008).

Neste sentido, argumenta-se que em muitos casos o programa ainda exerce um caráter focalizado, envolvendo, principalmente, escolares em vulnerabilidade (STURION et al., 2005). Vale ressaltar, que a escola além de possuir responsabilidade pela formação educacional do aluno, também é de sua competência a promoção do bem-estar do escolar. Para isso, é importante que seja avaliada e implementada ações que favoreçam uma adesão efetiva por todos os escolares à alimentação escolar e que esta adesão possa promover novos e bons hábitos alimentares, por meio de um cardápio nutritivo e variado. Além de possibilitar dignidade e bem-estar aos alunos a partir da construção de ambientes saudáveis na escola para o consumo da alimentação escolar.

Assim, o presente trabalho será baseado nos seguintes questionamentos: os escolares do município de Frei Martinho aderem de forma efetiva à alimentação da escola? Quais os fatores condicionam esta adesão? Qual a relação da adesão à alimentação escolar com as práticas alimentares saudáveis do aluno?

Dessa forma, este estudo tem o objetivo de avaliar a adesão do aluno à alimentação escolar, suas práticas alimentares, bem como sua opinião a respeito da qualidade da alimentação da escola, podendo assim analisar a alimentação servida na escola sob o olhar do beneficiário e com isso refletir sobre os motivos que se relacionam com a adesão ou não do aluno à alimentação escolar.

Os resultados obtidos com este estudo viabilizarão a realização de estratégias que aprimorem as políticas já existentes no âmbito da alimentação e nutrição voltadas para este grupo, como também para orientar as ações locais no âmbito do PNAE visando contribuir com a efetividade do programa, adequando o seu funcionamento às características do público-alvo, assim como viabilizando o acompanhamento e desenvolvimento do escolar.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a adesão à alimentação escolar em escolares matriculados na rede municipal de ensino de Frei Martinho/PB.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Expor as preparações servidas no ambiente escolar;
- Descrever os fatores que condicionam a adesão à alimentação escolar;
- Avaliar o comportamento alimentar do escolar, em relação às práticas de comprar e trazer lanches para a escola, relacionando-os com a adesão do aluno à alimentação escolar;
- Analisar os marcadores de consumo alimentar saudável e não saudável adotado pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional correlacionando-os com a adesão do aluno à alimentação escolar.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Em 1948, foi aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), onde estavam descritos os direitos que todas as pessoas adquirem ao nascer. Esses direitos se caracterizam por serem universais, indivisíveis, interdependentes e inalienáveis. Os direitos humanos são universais, pois envolvem todas as pessoas, independente de gênero, idade, religião, orientação sexual, opção política ou características socioeconômicas. São indivisíveis porque, tanto os direitos sociais, econômicos e culturais, como os políticos e civis, são igualmente necessários para uma vida digna. São interdependentes, visto que a inexistência de um compromete a realização de outro, devendo-se todos os direitos ser exercidos concomitantemente. E são inalienáveis, pois são intransferíveis, inegociáveis e indisponíveis, não podendo ser trocados, cedidos voluntariamente ou sujeitos a condições (BURITY; FRANCESCHINI; VALENTE, 2010).

Dentre esses direitos, está o direito à alimentação, contemplado no artigo 25 da DUDH, onde se afirma que “todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação e cuidados médicos”, além de outros serviços sociais que assegurem dignidade a todas as pessoas (CONTI, 2009).

Em seguida, durante o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), ocorreu a gênese da expressão “Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)”, sendo esta tratada como um direito fundamental para o estabelecimento de uma vida digna e adequada para todos. Por sua vez, em 1999, em decorrência de debates sobre essa temática e da necessidade de operacionalizar e efetivar esse direito, foi aprovado o Comentário Geral nº 12 sobre o artigo do PIDESC, conforme o qual:

O direito à alimentação adequada realiza-se quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção. O direito à alimentação adequada não deverá, portanto, ser

interpretado num sentido estrito ou restritivo, que equaciona em termos de um pacote mínimo de calorias, proteínas e outros nutrientes específicos. O direito à alimentação adequada deverá ser resolvido de maneira progressiva. No entanto, os estados têm a obrigação precípua de implementar as ações necessárias para mitigar e aliviar a fome, como estipulado no parágrafo 2 do artigo 11, mesmo em épocas de desastres, naturais ou não (CONTI, 2009).

Além disso, em 2010, o Congresso Nacional aprovou a emenda nº 64, incluindo a alimentação entre os direitos sociais da Nação Brasileira. Dessa forma, todos os brasileiros são titulares de um direito que está defendido e garantido na Constituição Federal, a qual rege:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 2012).

Destarte, o DHAA consiste no direito de todas as pessoas, crianças, adolescentes, adultos e idosos, terem acesso regular e permanente, de forma direta ou por meio de aquisição financeira, a uma alimentação suficiente e adequada, do ponto de vista quantitativo e qualitativo, levando em consideração os aspectos culturais, nutricionais, higiênico-sanitário, socioeconômico, ambientais e sustentáveis, além de assegurar dignidade a todos.

Porém, não é possível falar sobre DHAA sem mencionar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), visto que essa última se apresenta com a garantia do DHAA, sendo que este direito não pode comprometer o acesso a outros direitos fundamentais, como o direito à moradia, água, saneamento, saúde e educação de qualidade. Além disso, deve apresentar como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem os hábitos culturais e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2006; CONSEA, 2007).

Com isso, de acordo com o art. 4º da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), 2006, a SAN abrange diversas dimensões, sendo estas: o acesso ao alimento por meio da produção, principalmente pela agricultura familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, abrangendo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda; a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos; a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, inserindo-se grupos

populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social; a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica, racial e cultural da população; a produção de conhecimento e o acesso à informação; e a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País.

Vale ressaltar que esta tradução do conceito de SAN voltado ao campo das políticas públicas, que é abrangida na LOSAN, também enfoca em seu art. 5º que para se alcançar o DHAA e a SAN requer o respeito à soberania alimentar, a qual confere aos países a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos (BRASIL, 2006).

A soberania alimentar se caracteriza como o direito dos povos de definirem as suas próprias políticas e estratégias de produção, distribuição e consumo dos alimentos que necessitam para assegurar o DHAA para toda a população, respeitando as suas múltiplas características culturais. Essa abordagem integrada de SAN, DHAA e soberania alimentar vêm sendo utilizada na elaboração de propostas que visa mudar o sistema alimentar mundial, baseado no reconhecimento de problemas, como a violação da identidade cultural dos povos, a perda da biodiversidade, os riscos socioambientais, o aumento das desigualdades sociais e da concentração de terras, o processo produtivo e de comercialização e as relações desse cenário com o perfil de consumo alimentar da população (BURLANDY e MALUF, 2011).

Com isso, observa-se que para o alcance da SAN é necessário o respeito à soberania alimentar no que se refere tanto aos aspectos de produção como aos de consumo. Portanto, é de suma importância que a tríade SAN, DHAA e soberania alimentar sejam levadas em consideração durante o planejamento e a elaboração das políticas públicas de alimentação e nutrição para que estas sejam mais efetivas (BURLANDY e MALUF, 2011).

3.2 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Para que o DHAA e a SAN sejam assegurados, é necessária a realização de políticas públicas no âmbito da alimentação e nutrição. Essas políticas constituem-se de ações estatais direcionadas à produção, comercialização, distribuição e consumo de alimentos, visando atender às necessidades da população, sendo criada e organizada levando em consideração os interesses econômicos, sociais e políticos (LEÃO e RECINE, 2011).

De acordo com Leão e Recine (2011), as políticas públicas relacionadas a essa temática estão organizadas em três itens: as que aumentam a disponibilidade e o acesso ao alimento, como políticas agrícolas, fortalecimento da agricultura familiar e geração de renda; aquelas que são direcionadas a grupos vulnerabilizados, com o intuito de promover a inclusão social, dentre elas o restaurante popular, transferência de renda, alimentação escolar e do trabalhador, e políticas voltadas a comunidades indígenas e quilombolas; e as políticas universais que promovem o crescimento e desenvolvimento do homem como um todo, levando em consideração todas as suas necessidades, tais como saúde, educação, previdência social, cultura, promoção da alimentação saudável, dentre outras.

Dentre as políticas públicas no âmbito da alimentação e nutrição no Brasil, destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), como o mais antigo e ainda em vigência no nosso país. O Programa da Merenda, hoje conhecido como PNAE, funciona desde 1954, onde, no decorrer desses 60 anos, sofreu modificações na sua estrutura, organização e coordenação. Nos primórdios, segundo Arruda e Arruda (2007), era coordenado pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar e, posteriormente, pela Fundação de Assistência ao Estudante do Ministério da Educação e Cultura (MEC) com o intuito de distribuir alimentação para os estudantes de ensino público de 7 a 14 anos de idade.

As primeiras décadas do programa foram mantidas, principalmente, por doações internacionais de alimentos. Vale ressaltar que neste período a cobertura do programa era pouco efetiva e a regularidade no fornecimento dos gêneros alimentícios era baixa. Além disso, a administração da política era centralizada não havendo com isso a preocupação com a adequação dos hábitos alimentares e a aceitabilidade dos alimentos (PEIXINHO, 2013).

Entre 1976 a 1984 o PNAE se constituiu como uma das diretrizes do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (II PRONAN), tendo esse proposto o programa de suplementação de grupos vulneráveis, estando os escolares abrangidos. Ademais, o II PRONAN pretendeu introduzir inovações na política, como a interdisciplinaridade das ações, a partir da integração de vários ministérios; estimular a produção de produtos básicos; adquirir gêneros alimentícios de pequenos produtores; dentre outros. Porém, alguns estudos apontam que a falta de apoio político e orçamentário, o funcionamento da política na forma clientelista e a falta de pontualidade das ações implementadas foram alguns dos fatores que contribuíram para o menor êxito das ações do II PRONAN (PEIXINHO, 2013; VASCONCELOS, 2005).

Em 1988, a Carta Magna Brasileira proporcionou um avanço para a alimentação escolar, em seu art. 208, inciso VII, estabeleceu e assegurou a alimentação escolar como um direito universal a todos os alunos de ensino fundamental da rede pública, a ser garantido pelos governos federal, estaduais e municipais (BRASIL, 2013).

Em 1994, ocorreu a descentralização da gestão do programa, passando a autonomia de gerenciamento para cada município, que firmava um convênio junto ao Ministério da Educação e Cultura e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para que pudessem ser repassados os recursos federais. Esse novo modelo de gestão propiciou uma maior regularização no fornecimento da alimentação escolar, melhoria na qualidade, incentivo aos hábitos alimentares regionais e ao desenvolvimento da economia local e regional, bem como diminuiu os custos operacionais (BRASIL, 2014).

No ano de 2000, a Medida Provisória 1979-19 determinou composição, número e atribuições para o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) no processo de gestão e execução do PNAE. O CAE foi estabelecido como um órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento, passando a ser constituído por sete membros e com a seguinte composição:

- I - um representante do Poder Executivo, indicado pelo Chefe desse Poder;
- II - um representante do Poder Legislativo, indicado pela Mesa Diretora desse Poder;
- III - dois representantes dos professores, indicados pelo respectivo órgão de classe;
- IV - dois representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares;
- V - um representante de outro segmento da sociedade

local. Os membros do CAE terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez (BRASIL, 2000).

Quanto às competências do CAE, de acordo com essa Medida Provisória, está acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do PNAE; zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias; receber, analisar e remeter ao FNDE, com parecer conclusivo, as prestações de contas do PNAE encaminhadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios (BRASIL, 2000).

Segundo Peixinho (2013), a partir de 2003 com a instituição da Estratégia Fome Zero, o PNAE obteve grandes avanços no que se refere à revisão e estabelecimento de critérios técnicos e operacionais visando maior eficiência, eficácia e flexibilidade na gestão do programa. Dentre as ações, podemos destacar o estímulo para a ampliação e fortalecimento do CAE no controle social e as estratégias normativas para as ações do nutricionista como Responsável Técnico.

Em relação ao nutricionista, suas atribuições vão desde a análise do perfil nutricional dos escolares sob sua responsabilidade até a elaboração, programação e acompanhamento da realização das refeições, devendo estas apresentarem um índice de aceitabilidade maior que 85%, além da construção de ferramentas operacionais como as Fichas Técnicas das Preparações e os Manuais de Boas Práticas de Fabricação; participação na seleção, compra e distribuição dos gêneros alimentícios; e execução de atividades de educação alimentar e nutricional (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2010). Vale ressaltar que a abrangência de nutricionistas com Responsável Técnico do PNAE obteve um grande avanço, visto que em 2003 havia apenas 12% desses profissionais atuando nos estados e municípios e em 2011 a abrangência passou para 82% (PEIXINHO, 2013).

O grande avanço na história do PNAE veio a partir da publicação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que universalizou o PNAE para toda a educação básica, incluindo desde os alunos das creches e pré-escolas até os de ensino médio, além dos jovens e adultos; definiu a educação alimentar e nutricional como um elo fundamental para o alcance dos objetivos do programa e formalizou a garantia do acesso a alimentação escolar pelos alunos mesmo em casos de suspensão do recurso por irregularidades na execução do programa.

Ademais, com a finalidade de incentivar o crescimento econômico regional, a agricultura familiar e a cultura alimentar da comunidade, foi definida a obrigatoriedade de 30% da verba do FNDE ser destinada à compra de alimentos da agricultura familiar e do empreendedor familiar ou suas organizações. Os recursos do programa são ou devem ser utilizados, exclusivamente, para aquisição de alimentos (BRASIL, 2009).

Este programa governamental de âmbito nacional visa suprir, atualmente, no mínimo, 20% das necessidades nutricionais dos escolares do ensino público, sendo 30% no caso de comunidades indígenas e quilombolas e 70% para ensino de período integral. Os cardápios devem atender as especificidades dos alunos que apresentam necessidades nutricionais específicas, tais como doença celíaca, diabetes, hipertensão, anemias, alergias e intolerâncias alimentares, dentre outras; além de levar em consideração as características culturais da localidade, envolvendo comunidades indígenas e/ou quilombolas (BRASIL, 2013).

A Resolução Nº 26, de 17 de junho de 2013, também prevê que as refeições devem oferecer, no mínimo, três porções de frutas e hortaliças por semana (200g/aluno/semana) nas refeições ofertadas, sendo que as bebidas à base de frutas não substituem a obrigatoriedade da oferta de frutas in natura. No geral, segundo o art. 16, para as preparações diárias da alimentação escolar, recomenda-se no máximo:

- I - 10% (dez por cento) da energia total proveniente de açúcar simples adicionado;
 - II - 15 a 30% (quinze a trinta por cento) da energia total proveniente de gorduras totais;
 - III - 10% (dez por cento) da energia total proveniente de gordura saturada;
 - IV - 1% (um por cento) da energia total proveniente de gordura trans;
 - V - 400 mg (quatrocentos miligramas) de sódio per capita, em período parcial, quando ofertada uma refeição;
 - VI - 600 mg (seiscentos miligramas) de sódio per capita, em período parcial, quando ofertadas duas refeições; e
 - VII - 1.400 mg (mil e quatrocentos miligramas) de sódio per capita, em período integral, quando ofertadas três ou mais refeições.
- Parágrafo único. A oferta de doces e/ou preparações doces fica limitada a duas porções por semana, equivalente a 110 kcal/porção (BRASIL, 2013).

Atualmente, esta política tem o intuito de contribuir na redução da evasão escolar, desenvolvimento biopsicossocial do aluno, melhoria da capacidade de aprendizagem e formação de hábitos alimentares saudáveis. Em 2013, segundo dados do FNDE, o referido programa atendeu mais de 43 milhões de estudantes,

envolvendo alunos de educação infantil, creches e pré-escolares, do ensino fundamental, 1º a 9º ano, pertencentes ao programa Mais Educação, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e alunos de comunidades indígenas e quilombolas. Se caracterizando como uma grande política de alimentação e nutrição, que visa provê e promover o acesso a uma alimentação de qualidade para este público (BRASIL, 2014).

Assim sendo, várias pesquisas vêm sendo desenvolvidas com o intuito de avaliar a eficiência do programa a partir da adesão por parte dos beneficiados à alimentação escolar, tendo em vista a importância de analisar se esta política pública está de fato cumprindo o seu dever de proporcionar o acesso universal aos escolares. Nessa perspectiva, dois instrumentos vêm se sobressaindo na avaliação dessa adesão são eles: avaliação pela frequência de consumo, estando a frequência de 4 a 5 vezes por semana considerada como um consumo efetivo (BLEIL; SALAY; SILVA, 2009), e o Índice de Adesão por Preparação, adotado pelo PNAE, sendo que este avalia a adesão do aluno a uma preparação em um único dia (BRASIL, 2013).

Dessa forma, é de grande valia o monitoramento quanto à adesão dos escolares ao PNAE, visando avaliar a efetividade do programa, bem como analisar quais fatores o influencia, seja de forma positiva ou negativa, visto que vários aspectos tais como a quantidade, aceitabilidade, variedade, comportamento alimentar do escolar, dentre outros, podem interferir na escolha do aluno.

3.3 CONSUMO ALIMENTAR DE ESCOLARES

A partir da avaliação do consumo alimentar se torna possível conhecer as práticas alimentares, a quantidade do alimento, a condição de oferta e principalmente, avaliar os fatores de risco ou proteção à saúde associados ao modo de se alimentar do grupo e/ou indivíduo. Sendo assim, conhecer e monitorar as práticas alimentares fornece informações relevantes, as quais podem ser utilizadas em ações de assistência e intervenção em saúde ou no planejamento e definição de políticas públicas, contribuindo para a SAN em uma sociedade (DOMENE, 2011).

Muniz e Carvalho (2007) em um estudo realizado em 10 (dez) escolas municipais de João Pessoa, PB, observaram um consumo diário da alimentação da escola em apenas 33,5% dos alunos. No estudo realizado nas unidades escolares

da rede estadual de ensino de Minas Gerais, por Silva et al. (2013), identificou-se um consumo frequente por 47,7% dos escolares pesquisados.

Dalla Costa, Cordoni Júnior e Matsuo (2007), em um estudo para identificar o padrão de consumo alimentar de escolares de 14 a 19 anos das escolas urbanas do município de Toledo, Paraná, observaram que os alimentos que apresentaram maior consumo em cada grupo alimentar foram: pão e arroz, alface e tomate, banana e laranja, leite integral e desnatado, carne de gado e frango, feijão, margarina e maionese, açúcar e balas/doces. Conceição et al. (2010), realizaram uma pesquisa com escolares de 9 a 16 anos matriculados da 4^a a 8^a série das redes pública e privada de ensino de São Luís, MA. Como resultado foi relatado um baixo consumo de embutidos (aproximadamente 6%) e um alto consumo de carnes e ovos (95,9%), porém, em contra partida, um baixo consumo de frutas (52,6%) e hortaliças (34,4%), elevado consumo de biscoitos (52,6%), açúcares e doces (69,4%), óleos e gorduras (65,6%), além do consumo de refrigerantes (25,8%) e sucos industrializados (35,8%) ter se apresentado maior que o consumo de sucos naturais (23,4%).

Com isso, em decorrência deste cenário de transição alimentar e nutricional, o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) do Ministério da Saúde adotou um modelo de avaliação de consumo alimentar relacionado a fatores de risco e proteção para o aparecimento de doenças crônicas não transmissíveis, visto levar em consideração a densidade energética e a quantidade de gordura, sal, açúcar, fibras e micronutrientes nos alimentos (TAVARES et al., 2014; CASTRO, 2008).

Este instrumento apresenta uma frequência alimentar semanal de dez tipos de alimentos, sendo cinco como marcadores de alimentação saudável portanto protetores, salada crua, verdura cozida, frutas, leite e feijão; e cinco marcadores de alimentação não saudável, neste caso de risco, embutidos, salgados fritos, doces, bolacha salgada e refrigerante (BRASIL, 2008).

Vale ressaltar que a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, durante as suas duas edições, utilizou este instrumento. Como resultado, no ano de 2012, foi observado no Brasil um alto consumo efetivo (consumo durante cinco ou mais dias da semana) de alimentos marcadores de alimentação não saudável como o refrigerante (33,2%) e as guloseimas (41,3%). Ainda, foi observado um consumo ausente, por uma significativa parcela dos entrevistados, de alimentos marcadores de alimentação saudável como as frutas (21,7%), as hortaliças (11,3%), o leite (17%) e o feijão (8,3%) (IBGE, 2013).

Por fim, ressalta-se a importância da utilização de equipamentos que avaliem históricos alimentares, haja vista ser de suma importância para analisar a evolução de doenças e utilizar no planejamento de políticas públicas (DOMENE, 2011).

4 METODOLOGIA

4.1 POPULAÇÃO E DESENHO DO ESTUDO

Este é um estudo de corte transversal e descritivo que se caracteriza por obter informações referentes a uma população em um mesmo momento de tempo (BLOCH; COUTINHO, 2009). O estudo foi desenvolvido com todos os alunos regularmente matriculados em ensino fundamental das Escolas Municipais de Frei Martinho/PB, sendo elas, Eliete Souza de Araújo Silva, situada na zona urbana, Joaquim Domingos de Moura e João Fernandes Falcão, situadas na zona rural.

A escola da zona urbana engloba um maior número de estudantes, exercendo os seus trabalhos durante os três turnos do dia. Pela manhã estudam os escolares matriculados do 1º ao 5º ano, à tarde do 6º ao 9º ano e a noite os estudantes em formação do EJA, que por conta da categoria de idade, apresentar uma idade superior a 18 anos, não participam deste estudo. A escola Eliete é a única que possui o programa Mais Educação, sendo que este só abrange os escolares do 6º ao 9º ano.

As escolas Joaquim Domingos de Moura e João Fernandes Falcão situavam-se, respectivamente, nas comunidades rurais do município de Frei Martinho, Quixaba e Timbaúba. Disponibilizavam ensino apenas para os alunos do 1º ao 5º ano durante o turno da manhã. Pela pequena quantidade de alunos e equipe educacional havia união de séries em uma mesma sala e com o mesmo professor, realidade semelhante as escolas rurais dos municípios da região.

Este município está localizado na região do semiárido nordestino, na Mesorregião do Planalto da Borborema e Microrregião do Seridó Paraibano, sendo caracterizado como de pequeno porte. Apresenta área de 244,317 km², 2.933 habitantes e um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em 2010 de 0,641 (IBGE, 2015).

4.2 COLETA DE DADOS

A pesquisa de campo ocorreu no ano de 2014, entre os meses de abril e maio, e a estratégia de trabalho de campo foi concebida com o apoio dos gestores e

diretores das escolas. A coleta de dados foi realizada por graduandos do curso de Nutrição da UFCG, sendo previamente treinados com uma carga horária de 10 horas.

Foi realizado um levantamento para a coleta de dados a partir do número de alunos por escola, turno e turma, sendo, em seguida, planejado o deslocamento da equipe de pesquisa para as unidades escolares. Os responsáveis pelos alunos foram orientados a comparecer à escola para contribuir com informações socioeconômicas, bem como autorizar a realização do estudo, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A).

A coleta de dados ocorreu, quando possível, em salas de aula vagas, ou no pátio da escola, onde foi elaborada uma estrutura provisória pela equipe de pesquisa, visando conceder conforto e discrição no momento da coleta. Os alunos foram entrevistados durante o horário de aula, por meio de revezamento para não interromper o andamento das aulas.

O instrumento para coleta de dados (Apêndice B) contemplou questões referentes às características sociais e ambientais da família, domicílio e do responsável pelo escolar; informações sobre a saúde do escolar; perguntas sobre o comportamento alimentar no ambiente escolar, sendo avaliada a frequência de consumo da alimentação escolar, a prática de trazer e/ou comprar alimentos dentro ou fora da escola, as preferências, aceitabilidade, variedade, quantidade e desperdício das preparações oferecidas na escola, segundo a visão do aluno. Para isso, anteriormente foram pesquisadas com a nutricionista do município as preparações que iriam compor o cardápio da escola durante o mês da pesquisa.

Ainda, foram avaliados alguns hábitos alimentares dos alunos por meio do marcador de consumo alimentar do SISVAN (BRASIL, 2008), o qual considera a frequência de consumo de alguns gêneros alimentícios durante os últimos 7 dias anteriores a pesquisa. No questionário das crianças, foram os seus pais ou responsáveis quem responderam quanto ao consumo dos 10 gêneros, sendo 5 indicativos de alimentação saudável e 5 de alimentação não saudável. Quanto ao questionário dos adolescentes, os mesmos responderam por já estarem aptos, segundo as orientações do protocolo do SISVAN.

Ao final da coleta de dados, 363 alunos foram avaliados, destes, 298 foram pesquisados com os seus responsáveis obtendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, além de 14 questionários que foram excluídos da pesquisa por

apresentarem módulos não preenchidos. Assim, a amostra final utilizada para a construção desta pesquisa foi de 284 alunos, o qual representa 72,3% dos alunos regularmente matriculados no ano da pesquisa. Os percentuais de representação por escola estão demonstrados na Tabela 1.

Tabela 1 – Número de crianças matriculadas e avaliadas nas escolas municipais de ensino fundamental do município de Frei Martinho/PB, 2014.

Escolas	Nº de alunos regularmente matriculados	Nº de alunos avaliados	Nº de pais avaliados	Amostra utilizada	
				N	%
Eliete Souza	335	307	248	236	70,4%
Joaquim Domingos	22	20	20	19	86,4%
João Fernandes	36	36	30	29	80,6%
Total	393	363	298	284	72,3%

Fonte: Dados coletados em Frei Martinho, Brasil, entre abril e maio de 2014

4.3 ANÁLISE DE DADOS

Após a coleta dos dados os questionários foram digitados utilizando os recursos do programa Microsoft Access, em computadores no Centro de Educação e Saúde, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Após a digitação, o banco de dados foi transferido para o Programa SPSS for Windows versão 13.0 para a realização da análise estatística descritiva dos dados.

Para avaliar a adesão à alimentação escolar, decidiu-se por categorizar a frequência de consumo em Forte Adesão e Fraca Adesão/Não Consumiu, sendo estes representados respectivamente por 4 a 5 vezes/semana e 1 a 3 vezes/semana ou não consumiu, baseando-se em categorizações de outros estudos (SILVA et al., 2013; BLEIL; SALAY; SILVA, 2009; FLÁVIO, 2006).

No caso dos marcadores de alimentação, estes foram analisados levando em consideração os extremos de frequência, de 5 a 7 vezes/semana como um consumo frequente ou regular, como também adotado nos estudos de Castro et al. (2008) e Tavares et al. (2014), e o “não consumiu” ou “consumiu 1 vez/semana” foram considerados pela equipe de pesquisa como um consumo esporádico/não consumiu.

Para este estudo foram realizadas análises descritivas, por meio do teste de Frequência simples, obtendo assim uma caracterização das variáveis em estudo, e análises bivariadas que relacionaram a adesão à alimentação escolar com os marcadores de consumo alimentar e ao comportamento alimentar do escolar com

relação as práticas de comprar e trazer alimentos para o ambiente da escola. Além disso, foi realizado o teste de Qui-quadrado de Pearson para expressar a relação de significância estatística entre as variáveis utilizadas nas análises bivariadas.

4.4 ASPECTOS ÉTICOS

Considerando a exigência do Conselho de Saúde, baseado na Resolução 466/2012 (BRASIL, 2012), este estudo foi submetido à apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Alcides Carneiro da UFCG, CAAE: 30571913.9.0000.5182 (Anexo A). Para a realização das atividades dentro do ambiente escolar, a Secretária Municipal de Educação assinou o Termo de Compromisso concordando com o desenvolvimento da pesquisa (Anexo B).

5 RESULTADOS

Dos escolares estudados 57,4% são do sexo masculino e 42,6% do sexo feminino, sendo 45,4% e 54,6% classificados como crianças e adolescentes, respectivamente. No que diz respeito ao local de moradia dos escolares, a maioria expressiva reside na zona urbana do município (74,6%). Analisando a renda da família, sem considerar os valores de programas sociais, 54,2% das famílias se encontram abaixo da linha da pobreza com renda per capita menor ou igual a R\$ 140,00, e, 73,9% dos escolares pertencem a famílias titulares do Programa Bolsa Família.

Com relação aos responsáveis pelos escolares, 64,1% apresentam baixa escolaridade, ou seja, nunca estudaram ou cursaram apenas o ensino fundamental incompleto ou completo. Os trabalhos exercidos por eles são relacionados a serviços públicos, vendedores ou atendentes de comércios locais, autônomos e agricultores. Ainda, foi relatado por metade dos responsáveis entrevistados (50,4%) o exercício da função de dona de casa.

Quanto ao fornecimento da alimentação nas escolas pesquisadas, foi descrito uma refeição ao dia, conhecida por lanche; a exceção das crianças que participam do Programa Mais Educação, pois permanecem na escola durante os turnos da manhã, exercendo atividades relacionadas à arte e a cultura, e da tarde com o horário de aulas regular. Este programa foi implantado apenas na escola urbana Eliete de Souza, abrangendo parte dos escolares do 6º ao 9º ano, que assim são contemplados com três refeições, sendo 2 lanches e 1 almoço.

No mês em que foi realizada a pesquisa de campo foram ofertadas 11 preparações sendo estas: Cuscuz com Ovo, logurte com Biscoito Salgado, Cuscuz com Salsicha e Suco de Fruta, Cuscuz com Leite, Cuscuz com Frango, Sopa de Carne, Arroz Refogado com Carne Moída e Legumes, Canja de Frango, Feijoada com Charque, Arroz e Rapadura, Achocolatado com Biscoito Doce e Arroz de Leite com Soja. Ao analisar qualitativamente essas preparações observa-se uma carência na oferta de frutas e verduras na alimentação escolar, além da monotonia do cardápio em relação a repetição dos gêneros alimentares utilizados nas preparações, que envolvem de fato apenas 13 (treze) alimentos, sendo estes o arroz, feijão, cuscuz, macarrão, biscoito, soja, salsicha, frango, carne, charque, ovo,

leite e iogurte. Com destaque para 4 preparações à base de cuscuz e 3 à base de arroz.

Cabe destacar que as frutas são ofertadas na forma de sucos, que se revezam no cardápio com o achocolatado e o iogurte. E as verduras e legumes são utilizadas nas preparações apenas como condimentos. Porém, quase todos os escolares referiram que a alimentação servida na escola é variada (90,1%).

Quando questionados sobre a frequência de consumo da alimentação escolar, 54,2% dos escolares expuseram uma Forte adesão à alimentação escolar, caracterizada por um consumo de 4 a 5 vezes por semana, enquanto que 38% apresentaram Fraca adesão e 7,7% relataram não consumir a alimentação escolar.

Outro dado importante aponta que entre os alunos do turno da manhã, 27,3% tem a alimentação da escola como a primeira refeição do dia, pelo menos uma vez por semana, sendo que destes, 66,7% relataram ser todos os dias.

Os escolares entrevistados referiram uma alta aceitabilidade (93,9%) das refeições oferecidas. Vale destacar que quando questionados sobre qual das refeições consideravam mais saborosa, 24% dos alunos referiram preferir a alimentação servida na escola, comparada a alimentação em casa. Porém, mesmo diante desta informação, uma parte importante dos escolares, 33,5% e 29% relataram a prática de comprar alimentos no horário do intervalo escolar e/ou trazer lanches para a escola, respectivamente.

Em relação as preparações oferecidas pelas escolas no período em que ocorreu a pesquisa, os escolares avaliaram a quantidade e o desperdício no prato de cada preparação, bem como, definiram quais preparações mais gostavam, como apresentado no Gráfico 1.

A maioria classificou a quantidade de comida servida em todas as preparações como satisfatória, porém, para todas as preparações, exceto Cuscuz com Frango e Iogurte com Biscoito Salgado, houve o relato de desperdício por mais de 20% dos alunos entrevistados. Este desperdício mostra-se relacionado com a preferência da criança, pois as preparações mais citadas como preferidas estão representadas com os menores percentuais para o desperdício no prato, ao contrário do resultado apresentado para a preparação Feijoada com Charque, Arroz e Rapadura, que apresentou um registro de sobra no prato por mais 40% dos alunos.

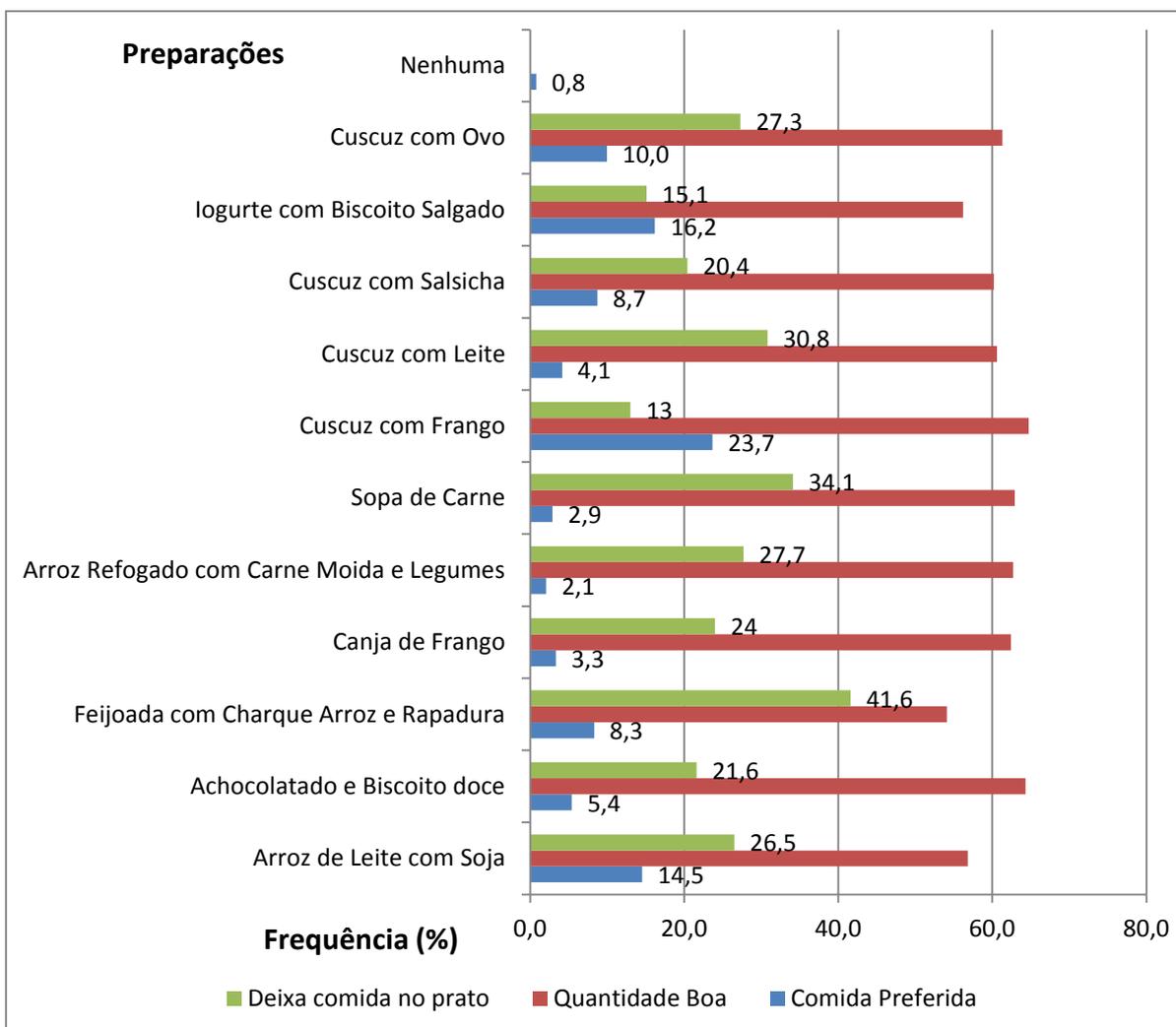


Gráfico 1 - Caracterização das preparações oferecidas aos alunos das escolas pertencentes a rede municipal de ensino de Frei Martinho, 2014. Fonte: Dados coletados em Frei Martinho, Brasil, entre abril e maio de 2014.

No que diz respeito à alimentação escolar, foi relatado pela maioria dos estudantes alguns alimentos que gostam de comer apenas na escola. Os mais citados foram a Feijoada, o Arroz de Leite com Soja, o Cuscuz com Ovo e o Cuscuz com Frango. Além disso, foi mencionado o Frapê, também conhecida por Vitamina de Bolacha Maria, e o Arroz de Leite com Soja como as preparações que uma parcela dos alunos não conhecia e assim experimentaram pela primeira vez na escola.

Ao relacionar a adesão à alimentação escolar com a idade do aluno, observou-se que dentre os que apresentam Fraca ou não adesão à alimentação escolar 70,8% são adolescentes e 59,1% dos que relataram Forte adesão são

crianças ($p \leq 0,000$). Vale ressaltar, que quando analisados os 22 escolares que referiram não consumir a alimentação da escola, 95,5% eram adolescentes.

Ainda, ao comparar a adesão à alimentação escolar com o relato do aluno de ter esta alimentação como sua primeira refeição do dia, observou-se que 73,3% destes afirmaram uma Forte adesão à alimentação escolar.

No que se refere ao consumo de alguns grupos alimentares, considerando os cinco indicadores de alimentação saudável pesquisados: Salada crua, Verdura cozida, Fruta, Feijão e Leite; foi observado um baixo consumo efetivo em todos os grupos, com exceção do Feijão. Ainda, não foi possível observar diferença na frequência de consumo para a maioria dos alimentos ao comparar escolares com forte e fraca adesão ou não consumiu. A exceção foi o marcador “leite” no qual o consumo frequente de laticínios se apresentou maior entre os alunos com forte adesão à alimentação escolar, como exposto na Tabela 2.

Tabela 2 – Marcadores de alimentação saudável dos alunos pertencentes às escolas da rede municipal de ensino de Frei Martinho/PB e sua associação com a adesão a alimentação escolar, 2014

Categorias	Forte adesão		Fraca adesão/Não consumiu		p*
	N	%	N	%	
Salada crua					
Não consumiu/Esporádico	109	71,2%	96	74,4%	0,173
Consumiu de 2 a 4 dias	37	24,2%	22	17,1%	
Consumiu frequentemente	7	4,6%	11	8,5%	
Verdura cozida					
Não consumiu/Esporádico	114	74,5%	100	77,5%	0,561
Consumiu de 2 a 4 dias	27	17,6%	17	13,2%	
Consumiu frequentemente	12	7,8%	12	9,3%	
Frutas					
Não consumiu/Esporádico	32	20,9%	24	18,5%	0,296
Consumiu de 2 a 4 dias	80	52,3%	60	46,2%	
Consumiu frequentemente	41	26,8%	46	35,4%	
Feijão					
Não consumiu/Esporádico	7	4,6%	8	6,2%	0,793
Consumiu de 2 a 4 dias	16	10,5%	15	11,5%	
Consumiu frequentemente	130	85%	107	82,3%	
Leite					
Não consumiu/Esporádico	53	35,6%	54	43,2%	0,018
Consumiu de 2 a 4 dias	39	26,2%	43	34,4%	
Consumiu frequentemente	57	38,3%	28	22,4%	

Fonte: Dados coletados em Frei Martinho, Brasil, entre abril e maio de 2014

* Valor de p para o Qui-quadrado de Pearson

Em relação aos marcadores de alimentação não saudável, com exceção da bolacha salgada, foi observado um baixo percentual de consumo efetivo. Porém, observou-se que a frequência de adesão à alimentação escolar variou de maneira inversamente proporcional com a frequência do consumo de Batata frita ou salgado frito, Doces ou biscoito recheado e Refrigerante, como vislumbrado na Tabela 3.

Tabela 3– Marcadores de alimentação não saudável e comportamento alimentar dos alunos pertencentes às escolas da rede municipal de ensino de Frei Martinho/PB e sua associação com a adesão a alimentação escolar, 2014

Categorias	Forte adesão		Fracas adesão/Não Consumiu		p*
	N	%	N	%	
Batata frita e salgados fritos					
Não consumiu/Esporádico	116	75,3%	76	58,5%	0,004
Consumiu de 2 a 4 dias	32	20,8%	39	30%	
Consumiu frequentemente	6	3,9%	15	11,5%	
Hambúrguer e embutidos					
Não consumiu/Esporádico	96	62,7%	81	62,3%	0,983
Consumiu de 2 a 4 dias	47	30,7%	41	31,5%	
Consumiu frequentemente	10	6,5%	8	6,2%	
Bolacha salgada					
Não consumiu/Esporádico	32	20,9%	44	33,8%	0,035
Consumiu de 2 a 4 dias	45	29,4%	37	28,5%	
Consumiu frequentemente	76	49,7%	49	37,7%	
Doces e biscoito recheado					
Não consumiu/Esporádico	83	53,9%	53	40,8%	0,008
Consumiu de 2 a 4 dias	56	36,4%	48	36,9%	
Consumiu frequentemente	15	9,7%	29	22,3%	
Refrigerante					
Não consumiu/ Esporádico	112	73,2%	64	49,2%	0,000
Consumiu de 2 a 4 dias	34	22,2%	48	36,9%	
Consumiu frequentemente	7	4,6%	18	13,8%	
Compra alimentos					
Não	125	81,2%	63	48,8%	0,000
Sim, 1 a 3 vz/sem	22	14,3%	37	28,7%	
Sim, 4 a 5 vz/sem	7	4,5%	29	22,5%	
Traz alimentos					
Não	111	72,5%	90	69,2%	0,663
Sim, 1 a 3 vz/sem	35	22,9%	31	23,8%	
Sim, 4 a 5 vz/sem	7	4,6%	9	6,9%	

Fonte: Dados coletados em Frei Martinho, Brasil, entre abril e maio de 2014

* Valor de p para o Qui-quadrado de Pearson

No caso da bolacha salgada, apesar de representar, segundo o protocolo do SISVAN um indicador de alimentação não saudável, este demonstrou um consumo

alto em ambos os públicos, porém mais frequente entre os alunos que relataram uma maior adesão a alimentação escolar.

No que se trata da prática de comprar lanches fora da escola durante o intervalo, observou-se que entre os alunos que afirmaram uma maior adesão à alimentação escolar, 81,2% relataram não exercer esta prática, enquanto que os escolares que compravam todos os dias referiram uma baixa adesão ou não consumir a alimentação da escola. Este comportamento alimentar é influenciado pelo fácil acesso dos alunos a lanchonetes, barracas e mercadinhos durante o intervalo para o lanche.

Quanto a trazer lanches de casa não foi possível observar diferenças entre os alunos com forte e fraca adesão, porém 29% dos estudantes referiram trazer alimentos.

6 DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo mostraram uma baixa adesão à alimentação escolar. Ao analisar outros municípios brasileiros, pode-se observar que o consumo frequente da alimentação escolar mostra-se insuficiente, com percentuais que oscilam entre 20,1%, na cidade de Lavras, MG (FLÁVIO, 2006), e 63,8% no município de Cuité, PB (MELO, 2014). Em âmbito nacional, Sturion et al. (2005) verificaram em dez municípios brasileiros, sendo dois de cada região geográfica, que 46% dos alunos pesquisados consomem diariamente a alimentação oferecida pela escola.

Apesar da baixa adesão à alimentação escolar apresentada neste estudo, os escolares relataram uma boa aceitabilidade das preparações servidas, embora essa alimentação não satisfaça as suas necessidades e expectativas, visto que a adesão efetiva à alimentação escolar não acompanha o percentual de aceitabilidade. Esta mesma realidade foi observada por Teo et al. (2009), no estudo realizado em escolas municipais e estaduais de Chapecó, SC, onde evidenciou uma aceitação da alimentação escolar de 70,8%, porém apenas 23,2% dos escolares referiram consumir esta alimentação diariamente.

A adesão à alimentação escolar influenciada pela fome foi identificada por uma parcela dos estudantes matutinos de Frei Martinho que relataram ter a alimentação da escola como a sua primeira refeição do dia, inclusive durante todos os dias da semana. Comparando com outros estudos esta problemática se expressa em uma magnitude inferior, aos do município de Canoinhas, SC, onde Mota, Mastroeni e Mastroeni (2013) destacaram que entre os alunos do turno da manhã 15,8% relataram não ter consumido o café da manhã antes de se deslocarem à escola; e no estudo realizado por Rivera e Souza (2006) em uma unidade escolar da zona rural do Distrito Federal, que registrou que 13,6% dos escolares não realizavam o desjejum.

Assim, este dado pode estar relacionado com uma situação de insegurança alimentar e nutricional, onde a família não tem condição de suprir com as necessidades alimentares do aluno e a escola acaba por prover a sua primeira refeição do dia, porém precisaria ter sido aplicado um instrumento como a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar para certificar esta hipótese. Outro fator que

pode-se considerar é a influência dos hábitos alimentares da família, considerando o papel determinante da família na formação dos hábitos alimentares saudáveis da criança (ROSSI; MOREIRA; RAUEN, 2008). É importante ressaltar que este fato é preocupante do ponto de vista nutricional, visto que o escolar que se encontra em fase de crescimento está passando por privação alimentar, consumindo uma quantidade calórica abaixo do indicado. Dessa forma, o PNAE se destaca como um programa que visa prover o acesso a uma alimentação em quantidade e qualidade adequada, contribuindo assim para a promoção da SAN na perspectiva de assegurar o DHAA desses escolares.

Porém, apesar da alta aceitabilidade da alimentação escolar e a situação de fome presente em uma parcela dos escolares, a adesão à alimentação da escola é insuficiente, o que ressalta que o ato de se alimentar na escola perpassa por diferentes fatores, sendo importante analisá-los visando promover ações que possam modificar favoravelmente esta realidade. Nesta pesquisa, percebem-se diferentes condicionantes caracterizados por problemas na elaboração de cardápios, a falta de responsabilização da escola e o não envolvimento do aluno com a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar.

Foi observado que a qualidade e a composição dos cardápios oferecidos possuem relação com a participação efetiva do escolar no PNAE. Em relação a variedade da alimentação escolar esta foi referida favoravelmente pela maioria dos alunos, tendo apresentado um resultado superior ao encontrado por Souza et al. (2011) em um município do Pernambuco, que evidenciou um índice de 84,7%. Muniz e Carvalho (2007), no estudo realizado com escolares do município de João Pessoa, PB, evidenciaram um percentual de variedade superior, cerca de 93%.

Porém, ao analisar o cardápio ofertado pelo município em estudo, argumenta-se pela baixa variedade de preparações que o compõem, caracterizada também pela ausência de verduras cruas e frutas in natura, no mês da pesquisa. Vale ressaltar, que a oferta de fruta e de verdura no cardápio apresentado em Frei Martinho não estava de acordo com a legislação do PNAE, que recomenda a oferta de três porções de frutas e hortaliças por semana (200g/aluno/semana), como também alerta que as bebidas à base de frutas não substituem a obrigatoriedade da oferta de frutas in natura (BRASIL, 2013).

Com isso, esses problemas encontrados na elaboração dos cardápios podem estar relacionados a não implantação no município de cardápios compostos de uma preparação salgada associada a uma fruta ou uma salada de fruta ao invés do suco.

Em âmbito nacional, a Pesquisa Nacional de Cardápios da Alimentação Escolar realizada em 2011 pelo FNDE destacou a ausência de frutas, vegetais não folhosos e vegetais folhosos em 29,5%, 12% e 52,2% dos cardápios do Brasil, respectivamente. Quando analisada a realidade do Nordeste, a situação se torna mais desfavorável, visto que os cardápios apresentarem ausência em 37,6% de frutas, 14,3% de vegetais não folhosos e 90,1% de vegetais folhosos (BRASIL, 2011).

Ainda, avaliando o cardápio das escolas na perspectiva nutricional, observa-se que a partir da monotonia alimentar estabelecida neste cardápio, os escolares não tem acesso a uma diversidade de nutrientes, em especial as fibras, vitaminas e minerais, os quais possuem papel importante na regulação das funções do organismo e no desenvolvimento do escolar; assim, a alimentação escolar se restringe a uma oferta, principalmente, de carboidratos e proteínas (BRASIL, 2014). Importa ressaltar que os alimentos possuem diferentes nutrientes e que não existe nenhum alimento que consiga fornecer todas as necessidades do indivíduo, por isso é importante que se considere o princípio da variedade durante o planejamento do cardápio visando oferecer aos alunos, diversos e novos alimentos que em seu conjunto disponibilize as necessidades de nutrientes necessárias, de forma a estimular o aluno a consumir a alimentação da escola, caracterizando assim como uma estratégia para incentivar a adesão do aluno a esta alimentação (BRASIL, 2010).

A composição do cardápio pode também influenciar o desperdício de alimentos, quando não há adesão ou aceitabilidade suficiente, e como exemplo tem-se que a preparação citada com um maior percentual de desperdício no prato foi a Feijoada com Arroz, Charque e Rapadura, sendo considerada por muitos como um almoço e não um lanche. Assim, no planejamento do cardápio tem que se considerar a variedade, a temperatura da preparação e o clima da região, para que o cardápio forneça um bem-estar e possua uma maior aceitação pelo escolar (WEIS; CHAIM; BELIK, 2004).

Observa-se que um dos pontos associados ao desperdício está relacionado com as preferências alimentares do aluno. Viana, Rocha e Campos (2011), em

análise da alimentação escolar de Portugal, afirmaram que cardápios e preparações que não agradam o aluno ocasionam em desperdício, além de destacarem que o oferecimento de um cardápio mais variado e que considere as preferências alimentares dos escolares estimula o consumo desta alimentação e, conseqüentemente, reduz o desperdício. Assim, é importante que o nutricionista possa planejar um cardápio variado, que contenha preparações novas e atrativas para os alunos que expressam querer se alimentar de uma comida diferenciada no ambiente da escola. Para isso, o nutricionista pode utilizar do conhecimento de técnicas gastronômicas e das preferências alimentares do aluno visando inovar o cardápio oferecido na escola, porém mantendo-o saudável.

Outro aspecto que se relaciona com o desperdício é o não envolvimento do escolar com a alimentação da escola. No estudo realizado por Iuliano, Mancuso e Gambardella (2009) sobre educação nutricional em escolas de ensino fundamental de Garulhos, SP, ressaltam o reflexo positivo que o relacionamento afetivo com a alimentação escolar, envolvendo as merendeiras e os professores, pode ter na formação dos hábitos alimentares da criança e sobre o comportamento alimentar, pois estas relações podem despertar um maior interesse e consumo da alimentação escolar, com conseqüente redução da recusa e do desperdício. Assim, é importante que se estimule a partir da infância um sentimento afetivo pela alimentação da escola, e para isso é fundamental que os escolares possam conhecer o local de produção das refeições e as merendeiras, bem como que haja uma conscientização dos pais a respeito da qualidade da comida oferecida na escola e, com isso, eles possam estimular o consumo dessa alimentação.

Outro condicionante da adesão à alimentação escolar apresentado pelos alunos no município desta pesquisa é o não compromisso da escola com os problemas apontados na elaboração dos cardápios e o bem-estar do aluno. Em todas as escolas deste estudo não havia um refeitório implantado para o momento de consumir a alimentação, estando os escolares se alimentando no pátio das escolas, em pé, sentados no chão ou nas suas carteiras nas salas de aula. Essa mesma situação foi relatada por Bleil, Salay e Silva (2009), em um estudo com escolares de instituições públicas no município de Toledo, PR, e por Agatte (2009) em uma pesquisa com adolescentes de uma escola pública de Areia Branca, em Lauro de Freitas, BA. Assim sendo, não existe um ambiente favorável para o

convívio social a partir da alimentação, além do desconforto no ato de se alimentar, podendo favorecer a não adesão do aluno à alimentação da escola.

Importa destacar que o ato de se alimentar é um direito, assim a gestão escolar deve prover além de uma alimentação adequada, meios, como um local adequado e confortável para se alimentar, de forma compatível a dignidade humana. Do ponto de vista antropológico, segundo Boff (2008), o ato de se alimentar ao redor da mesa, além de ser uma das referências mais ancestrais da familiaridade humana, nos diferencia dos outros animais, pois durante este momento ocorre a construção contínua de relações que possibilita a ligação entre os homens. Com isso, a partir da implantação de um ambiente confortável para a realização das refeições, a escola estimula o consumo da alimentação escolar, aumentando assim a adesão efetiva pelos alunos.

Ainda, a comunidade escolar estudada no município de Frei Martinho parece se ausentar da responsabilidade de articular ações promotoras de bons hábitos alimentares, que culminam, no acesso dos escolares, mais precisamente dos adolescentes, aos locais de venda de alimentos, como lanchonetes, mercadinhos e barracas, próximos a escola, no intervalo das aulas.

Vale ressaltar que, a presença da nutricionista em apenas um dia por semana, como acontecia neste município durante a realização desta pesquisa, possui papel fundamental na deficiência de ações promotoras da alimentação saudável na escola.

Apesar da Portaria Interministerial nº 1.010, de 08 de maio de 2006, que estabelece em seu art. 3º, inciso IV, a restrição ao comércio e à promoção comercial no ambiente escolar de alimentos e preparações com altos teores de gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal, a escola da zona urbana de Frei Martinho permite o acesso dos alunos adolescentes do turno da tarde, aos locais de venda de lanches. Destaca-se que as práticas de comprar e trazer lanches estão associados também ao envolvimento do aluno com a alimentação da escola, ou seja, com o nível de adesão do aluno à alimentação escolar, porém a escola ao permitir a saída dos escolares durante o intervalo para o lanche dificulta a construção de uma relação positiva do aluno com a alimentação da escola.

Importa destacar a lei estadual Nº 10.431, de 20 de janeiro de 2015, a qual proíbe as cantinas e lanchonetes instaladas em escolas públicas e privadas de ensino infantil, fundamental e médio, da Paraíba, de venderem bebidas com baixo

aporte nutricional, como os refrigerantes. Embora ser uma medida importante para a promoção da alimentação saudável, deve-se considerar que a medida se torna falha a partir do momento que restringe a venda de apenas bebidas, esquecendo dos doces, bolachas recheadas, salgados fritos e salgadinhos de pacote, que também apresentam alto teor calórico e baixo aporte nutricional, além de influenciarem negativamente na promoção da alimentação saudável.

Ainda a respeito do envolvimento do aluno com a alimentação da escola, Pegolo e Silva (2010) em um estudo realizado com escolares da rede municipal de ensino de Piedade, SP, observaram uma maior adesão a alimentação escolar pelas crianças quando comparado aos adolescentes, dado este que corrobora com o encontrado em Frei Martinho. Outro resultado semelhante ao do município deste estudo foi encontrado por Silva et al. (2013) quando avaliaram escolares da rede de ensino estadual de Minas Gerais, e observaram uma aceitação da alimentação escolar significativamente maior entre os alunos que referiram não comprar alimentos fora da escola.

No que se refere aos marcadores de consumo alimentar saudável, na Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (2013), realizada pelo IBGE com alunos do 9º ano do ensino fundamental das capitais brasileiras e do Distrito Federal, observou-se um consumo efetivo por 69,9%, 43,4%, 30,2% e 51,5% dos escolares por Feijão, Verdura Crua, Frutas e Leite, respectivamente, destacando-se os indicadores Verdura Crua e Leite que apresentaram um percentual de consumo superior ao encontrado em Frei Martinho. Com isso, ressalta-se que o consumo destes indicadores é baixo, com exceção do Feijão, que faz parte da cesta básica da população brasileira, realçando o baixo acesso dos escolares a alimentos ricos em fibras e micronutrientes.

Além disso, quando analisado os marcadores de alimentação não saudável foi possível vislumbrar que os escolares menos envolvidos com a alimentação da escola, ou seja, que apresentaram uma Fraca adesão ou não aderiram a essa alimentação, referiram um maior consumo de Batata frita ou salgado frito, Refrigerante e Doces. É importante ressaltar que esses marcadores são considerados como lanches e pela sua alta concentração de açúcar e gordura, traz um gosto agradável, o qual pode influenciar negativamente na frequência do consumo da alimentação escolar a partir do momento em que o escolar tem a oportunidade de escolha entre os dois tipos de alimentação.

Os estudos mostram que o consumo desses tipos de alimentos se faz presente na rotina alimentar de escolares. Castro et al. (2008), no estudo realizado com adolescentes do Rio de Janeiro, e Levy et al. (2010) em uma pesquisa realizada com escolares das 26 capitais brasileiras e do Distrito Federal, encontraram um consumo frequente de doces - 46,7% e 50,9%, respectivamente - e de refrigerante - 36,7% e 37,2%, nesta ordem – sendo prevalências maiores do que a encontrada entre os escolares do município desta pesquisa.

Dessa forma, é importante melhorar a alimentação servida na escola e trabalhar a alimentação saudável com o escolar, para favorecer uma escolha conscientizada do aluno a cerca da sua alimentação. Com isso, irá possibilitar a efetivação do DHAA que está relacionado não só ao acesso de uma alimentação adequada, em quantidade e qualidade, mas também ao direito de liberdade de escolha e autonomia do escolar.

Assim, o processo de construção de bons hábitos alimentares é longo e necessita do apoio de todos os atores sociais que influenciam na escolha da criança/adolescente para se ter um bom resultado. Neste sentido a escola pode contribuir ao introduzir a questão da alimentação de forma lúdica e atrativa no currículo escolar, possibilitando a intersetorialidade das ações de educação alimentar e nutricional, promover a interação do estudante no preparo de algumas refeições, criar um refeitório simples para o momento da refeição visando estabelecer uma relação afetiva e um maior envolvimento do aluno com a alimentação servida pela escola, além de não permitir o acesso do escolar aos locais de venda de alimentos durante a permanência na escola.

Ainda, a alimentação escolar tem o objetivo de promover o DHAA e papel formador dos hábitos alimentares dos escolares, por meio do oferecimento de um cardápio variado e nutritivo (BRASIL, 2013). Porém, a maioria dos cardápios oferecidos no PNAE, de acordo com a análise das pesquisas de alimentação escolar discutidas até o momento, não incentivam plenamente a formação de bons hábitos alimentares, visto a monotonia alimentar, as discrepâncias em relação à composição do cardápio, temperatura, o horário oferecido ao aluno e a ausência de gêneros alimentares fundamentais para o desenvolvimento do escolar, como as frutas e as verduras. Além disso, é preciso considerar as preferências alimentares do escolar, visto que eles não querem apenas comer por necessidade, mas também por prazer, para isso é importante se pensar em um consumo alimentar motivado pela liberdade

de escolha, se relacionando, de fato, com o DHAA que não se restringe apenas no acesso a alimentação (MIELNICZUK, 2005). Porém, é importante que anteriormente ocorra uma conscientização do escolar acerca da alimentação saudável visando que este escolar utilize a liberdade de escolha para optar por uma alimentação saudável.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa viabilizou para o município de Frei Martinho dados sobre a caracterização da alimentação fornecida pela escola sob o olhar do beneficiário, bem como uma análise do perfil alimentar e social dos escolares, podendo, assim, contribuir na elaboração de estratégias que possibilitem um aumento na adesão efetiva dos escolares à alimentação da escola.

A metodologia adotada possibilitou uma caracterização da alimentação escolar que, quando associado aos marcadores de consumo alimentar, pode-se obter dados significantes em relação: à análise dos condicionantes da adesão à alimentação escolar, ao comportamento alimentar do escolar e à atuação da gestão do PNAE e da escola quanto ao seu papel de promover hábitos alimentares saudáveis e um bem-estar no ambiente escolar. Para o aperfeiçoamento do instrumento, recomenda-se a inclusão de métodos como a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, com o intuito de avaliar se a adesão à alimentação da escola está relacionada com a situação de insegurança alimentar da família do aluno; e o Resto-ingesta, visando quantificar o desperdício de cada preparação, visto que o presente estudo traz apenas o percentual de relato de desperdício.

Os resultados trazem um alerta: é preciso repensar o cardápio e as formas de envolver e estimular o aluno com vistas à alimentação escolar exercer, de fato, o seu papel de direito universal a partir de um consumo efetivo pelos escolares, o que, ainda, não foi possível tanto no município de Frei Martinho, como em nível nacional. Ainda, os dados obtidos expressaram claramente a monotonia alimentar da alimentação escolar e a associação da prática de comprar “lanches” e o consumo de alimentos de alto valor calórico e baixo aporte de nutrientes, com a fraca ou não adesão à alimentação escolar.

Assim, é importante que haja o planejamento de ações intersetoriais, envolvendo a equipe da escola, a Equipe de Saúde da Família de cada escola e as famílias dos escolares, com o intuito de conscientizar, estimular e criar um conhecimento sobre alimentação saudável, bem como um sentimento afetivo nos escolares com a alimentação da escola. Porém, é importante ressaltar que este será um trabalho árduo e longo, que apenas atividades de educação alimentar e nutricional não resolverá toda a problemática. É preciso que ocorram ajustes na

elaboração dos cardápios, levando em consideração as preferências alimentares do escolar, a variedade, a temperatura e a segurança higiênico-sanitária dos alimentos, para que assim se reduza a repulsa e conseqüente desperdício, além de que se envolva e estimule o aluno a consumir a alimentação da escola por prazer, e, não, por obrigação.

Diante do exposto, sugere-se, em âmbito municipal, que ocorra uma reavaliação dos cardápios levando em consideração todos os aspectos apontados, visando ampliar o número de preparações do cardápio, incluindo gêneros alimentares que se fazem ausentes, e que estas preparações possam ser modificadas, pelo menos, a cada trimestre associado a um acompanhamento da aceitação e adesão à alimentação escolar. Ainda, é importante a realização de treinamentos com as merendeiras sobre técnicas gastronômicas; possibilitar um espaço agradável para realizar o momento da refeição nas escolas; levar a temática da alimentação para a sala de aula com auxílio dos professores; restringir o acesso dos escolares a locais de venda de alimentos; realizar atividades de educação alimentar e nutricional envolvendo os atores sociais da escola como as merendeiras e os professores; possibilitar a construção de hortas escolares e promover o acompanhamento do perfil alimentar dos alunos.

Para isso, é fundamental que o PNAE realize capacitações com todos os atores sociais do ambiente escolar visando ressaltar a importância destes no processo de estimular a adesão dos alunos à alimentação servida na escola, como também estimular o CAE a fiscalizar a rotatividade e a composição dos cardápios.

Por fim, é válido destacar a importância de avaliar o acesso dos escolares a uma alimentação adequada e saudável no ambiente escolar, bem como formas de intervir sobre os condicionantes da adesão a esta alimentação, de forma intersetorial e com a participação da família, favorecendo um aumento na adesão à alimentação escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis, a partir de um cardápio nutritivo e variado.

REFERÊNCIAS

AGATTE, V. C. **Representações Sociais da alimentação escolar atribuídas por adolescentes de uma escola pública de Areia Branca, em Lauro de Freitas, Bahia**. 2009. 39 f. Dissertação (Mestrado em Alimentos, Nutrição e Saúde) Universidade Federal da Bahia, 2009.

ARRUDA, B. K. G.; ARRUDA, I. K. G. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno-Infantil**, Recife, v. 7, n. 3, p. 319–326, 2007.

BLEIL, R. A. T.; SALAY, E.; SILVA, M. V. Adesão ao Programa de Alimentação Escolar por Alunos de Instituições Públicas de Ensino no Município de Toledo, PR. **Revista de Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 16, n.1, p. 65-82, 2009.

BLOCH, K. V.; COUTINHO, E. da S. F. **Fundamentos da pesquisa epidemiológica**. In: MEDRONHO, R. A. Epidemiologia. São Paulo: Atheneu, 2009. cap. 8, p. 178.

BOFF, L. **Comensalidade: refazer a humanidade**. 2008. Disponível em: <<http://cronopios.com.br/site/artigos.asp?id=3188> > Acesso em: 20 nov. 2014.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Capítulo III – Da educação, da cultura e do desporto, Seção I – Da educação, Artigo 208, incisos IV e VII. Brasília, 36 ed, 2013.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Emenda constitucional nº 64, de 05 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Brasília, 36 ed, 2012.

BRASIL. **Lei Nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm> Acesso em: 18 nov. 2014

BRASIL. **Medida Provisória 1979-19**, de 02 de junho de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1979-19.htm> Acesso em: 20 nov. 2014

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. CECANE - Paraná. Estratégias de promoção da alimentação saudável na escola. **Cartilha**. 33 f. Curitiba, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Histórico do PNAE**. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>>. Acesso: 22 nov. 2014

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Relatório Executivo**. COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: uma análise a partir de uma amostra de cardápios – 2011. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução Nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução Nº 26**, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012. **Normas de pesquisa em saúde**.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. 2º ed., 87 f, 2014. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira.pdf> Acesso em: 05 dez. 2014

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN na assistência à saúde**. 61 p. Brasília, 2008.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 1.010**, de 8 de maio de 2006. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/acessibilidade/item/3535-portaria-interministerial-n%C2%BA-1010-de-8-de-maio-de-2006>> Acesso: 25 nov. 2014.

BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; VALENTE, F. Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). In: BURITY, V. et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2010. Módulo I, p. 14-18.

BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; VALENTE, F. Direitos, obrigações e as violações ao DHAA. In: BURITY, V. et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2010. Módulo II, p. 35-37.

BURLANDY, L.; MALUF, R. S. **Soberania Alimentar – Dimensões de um conceito em construção e suas implicações para a alimentação no cenário contemporâneo**. In: Taddei, J. A. A. C.; LANG, R. M. F.; LONGO-SILVA, G.; TOLONI, M. H. A. *Nutrição em Saúde Pública*. Rio de Janeiro: Rubio, 2011. cap. 29, p. 457-460.

CASTRO, I. R. R.; CARDOSO, L. O.; ENGSTROM, E. M.; LEVY, R. B.; MONTEIRO, C. A. Vigilância de fatores de risco para doenças não transmissíveis entre adolescentes: a experiência da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 10, p. 2279-2288, out., 2008.

CONCEIÇÃO, S. I. O.; SANTOS, C. J. N.; SILVA, A. A. M.; SILVA, J. S.; OLIVEIRA, T. C. Consumo alimentar de escolares das redes pública e privada de ensino em São Luís, Maranhão. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 23, n. 6, p. 993-1004, Nov./dez., 2010.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTA. Resolução Nº 465/2010. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/novosite/arquivos/Resol-CFN-465-atribuicao-nutricionista-PAE.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional. **Cartilha**. Brasília, 2007.

CONTI, I. L. Segurança alimentar e nutricional: noções básicas. Projeto REDESAN. Cap. 2 p. 21 – 24. Passo Fundo: **IFIBE**, 2009.

DALLA COSTA, M. C.; CORDONI JÚNIOR, L.; MATSUO, T. Hábito alimentar de escolares adolescentes de um município do oeste do Paraná. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 20, n. 5, p. 461-471, set./out., 2007.

DOMENE, S. M. A. **Avaliação do Consumo Alimentar**. In: Taddei, J. A. A. C.; LANG, R. M. F.; LONGO-SILVA, G.; TOLONI, M. H. A. *Nutrição em Saúde Pública*. Rio de Janeiro: Rubio, 2011. cap. 04, p. 41-46.

FLÁVIO, E. F. **Alimentação escolar e avaliação nutricional dos alunos do ensino fundamental das escolas municipais de Lavras, MG**. 2006. 293 f. Tese (Doutorado em Ciência dos Alimentos) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades**.

Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=250620&search=%7Cfrei-martinho>> Acesso em: 16/02/2015

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PENSE 2012**. p. 137-147, Rio de Janeiro, 2013.

IULIANO, B. A.; MANCUSO, A. M. C.; GAMBARDELLA, A. M. D. Educação nutricional em escolas de ensino fundamental do município de Guarulhos-SP. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 264-272, 2009.

LEÃO, M. M.; RECINE, E. **O Direito Humano à Alimentação Adequada**. In: Taddei, J. A. A. C.; LANG, R. M. F.; LONGO-SILVA, G.; TOLONI, M. H. A. *Nutrição em Saúde Pública*. Rio de Janeiro: Rubio, 2011. cap. 30, p. 471-484.

LEVY, R. B.; CASTRO, I. R. R. D.; CARDOSO, L. D. O.; TAVARES, L. F.; SARDINHA, L. M. V.; GOMES, F. D. S.; COSTA, A. W. N. D. Consumo e comportamento alimentar entre adolescentes brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2009. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 3085-3097, 2010.

MELO, T. C. **Adesão à alimentação escolar e estado nutricional de escolares entre 4 e 9 anos de idade matriculados na rede municipal de ensino de Cuité, Paraíba**. 2014. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) – Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, 2014.

MIELNICZUK, V. B. O. **Gosto ou Necessidade?** Os significados da Alimentação Escolar no Município do Rio de Janeiro. 2005. 202 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Ciências Humanas e Sociais). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

MOTA, C. H.; MASTROENI, S. S. B. S.; MASTROENI, M. F. Consumo da refeição escolar na rede pública municipal de ensino. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 94, n. 236, p. 168-184, jan./abr. 2013.

MUNIZ, V. M.; CARVALHO, A. T. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em município do estado da Paraíba: um estudo sob o olhar dos beneficiários do Programa. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 285-296, 2007.

PARAÍBA (Estado). Lei Nº 10.431, de 20 de janeiro de 2015. **Diário Oficial**. João Pessoa, Nº 15.738, p. 02, 2015.

PEGOLO, G. E.; SILVA, M. V. Consumo de energia e nutrientes e a adesão ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) por escolares de um município paulista. **Rev Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 17, n. Supl 2, p. 50-62, 2010.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato de um gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 909-916, 2013.

PEIXINHO, A. M. L. Avanços e Perspectivas – 2003 a 2010. In: IV Encontro Nacional do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, **Slide**, 2008. Disponível em: < <http://www.rebrae.com.br/natal/O%20PNAE%20Ontem%20-%20Hoje%20-%20Amanh%C3%A3%20-%20Albaneide%20Peixinho.pdf> > Acesso em: 29 nov. 2014

RIVERA, F. S. R.; SOUZA, E. M. T. Consumo alimentar de escolares de uma comunidade rural. **Comunicação em Ciências da Saúde**, Brasília, v. 17, n. 2, p. 111-119, 2006.

ROSSI, A.; MOREIRA, E. A. M.; RAUEN, M. S. Determinantes do comportamento alimentar: uma revisão com enfoque na família. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21, n. 6, 2008.

SILVA, C. A. M.; MARQUES, L. A.; BONOMO, E.; BEZERRA, O. M. P. A.; CORRÊA, M. S.; PASSOS, L. S. F.; SOUZA, A. A.; BARROS, B. F.; SOUZA, D. M. S.; REIS, J. A.; ANDRADE, N. G. O Programa Nacional de Alimentação Escolar sob a ótica dos alunos da rede estadual de ensino de Minas Gerais, Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 963-969, 2013.

SOUZA, M. I. B.; OLI, V. C.; RIBE, M. A. ALVES, J. L. B. Aceitação da alimentação escolar em crianças e adolescentes do município de Vitória de Santo Antão-PE. In: 11º Congresso Nacional da SBAN, 2011, Fortaleza. **Anais**.

STURION, G. L.; SILVA, M. V.; OMETTO, A. M. H.; FURTUOSO, M. C. O.; PIPITONE, M. A. P. Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação Escolar no Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 167-181, 2005.

TAVARES, L. F.; CASTRO, I. R. R.; LEVY, R. B.; CARDOSO, L. O.; PASSOS, M. D.; BRITO, F. S. B. Validade relativa de indicadores de práticas alimentares da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar entre adolescentes do Rio de Janeiro, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 5, p. 1029-1041, mai., 2014.

TEO, C. R. P. A.; CORRÊA, E. N.; GALLINA, L. S.; FRANSOZI, C. Programa Nacional de Alimentação Escolar: adesão, aceitação e condições de distribuição de alimentação na escola. **Nutrire: Revista da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 165-185, dez. 2009.

VASCONCELOS, F. A. G. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 4, p. 439 – 457, 2005.

VIANA, I.; ROCHA, A. M. C. N.; CAMPOS, V. Estudo dos desperdícios alimentares em meio escolar. **Revista Nutrição em Pauta**. ed. jul./ago., p. 60-64, 2011.

WEIS, B.; CHAIM, N. A.; BELIK, W. Manual de gestão eficiente da merenda escolar. **Cartilha**. Apoio Fome Zero. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.adital.org.br/fomezero/images/merenda.pdf>> Acesso em: 25 nov. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE Núcleo de Pesquisa e Estudos em Nutrição e Saúde Coletiva – Núcleo PENSO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Meu nome é _____ e gostaria de conversar com o(a) senhor(a) sobre a Chamada nutricional do escolar que está sendo realizada pela UFCG, em parceria com gestores locais. A chamada nutricional está sendo realizada com o objetivo de analisar a situação de nutrição de crianças e adolescentes das escolas da rede municipal de Frei Martinho, e pode contribuir muito com desenvolvimento de ações para educação alimentar e controle de doenças no âmbito escolar.

Caso concorde em participar, será realizada uma entrevista com o(a) senhor(a), onde serão perguntadas questões sobre a sua família e os recursos do seu domicílio, saúde e hábito alimentar da criança. No caso do questionário sobre os hábitos alimentares, os pais/responsáveis de crianças abaixo de 10 anos são quem vão responder as perguntas, já os adolescentes, eles mesmos respondem. Além disso, serão aferidas medidas de altura e peso da criança e adolescente, onde estes também responderão a um questionário contendo perguntas sobre o consumo de alimentos no ambiente escolar.

Este trabalho está sendo realizado pela Universidade e nossa finalidade única é obter informações sobre o estado nutricional e consumo alimentar de crianças/adolescentes e a sua participação não implica em nenhum benefício material como o recebimento de doações de alimentos ou a inclusão em programas governamentais.

O(a) senhor(a) não é obrigado a participar da pesquisa e se não participar isto não vai lhe trazer prejuízos. O(a) senhor(a) poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento e por qualquer motivo. Porém, se o (a) senhor(a) aceitar participar, o resultado dessa pesquisa pode ser muito importante para que se conheça mais a saúde de crianças/adolescentes de Frei Martinho, para assim melhor planejar as ações voltadas para este grupo.

Nós garantimos que apenas os pesquisadores vão ter conhecimento das informações que o(a) senhor(a) nos der. Os resultados deste trabalho deverão ser divulgados em revistas científicas, mas com a garantia de que, em nenhuma circunstância, os entrevistados poderão vir a ser identificados. O(a) senhor(a) poderá ter acesso ao questionário e verificar as perguntas que a criança/adolescente responderá. Os questionários serão guardados na Universidade Federal de Campina Grande.

Se todas as suas dúvidas foram esclarecidas, pedimos o seu consentimento para incluir o(a) senhor(a) como participante da pesquisa e a criança/adolescente que é responsável na Chamada nutricional. Se tiver qualquer dúvida sobre o estudo, pode entrar em contato com a equipe responsável.

Responsáveis pela Pesquisa

Prof. Ms. Poliana de Araújo Palmeira

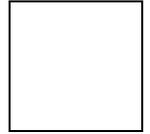
Universidade Federal de Campina Grande/ Centro de Educação e Saúde /Unidade Acadêmica de Saúde/ Curso de Graduação em Nutrição Tel: (83) 3372-1960/ 3372- 1900

AUTORIZAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Eu _____,
concordo em participar da "Chamada nutricional de escolares matriculados na rede pública de ensino do município de Frei Martinho-PB".
_____, _____ de _____ de 2013.

Assinatura do entrevistador

Assinatura da(o) entrevistada(o)



APÊNDICE B – Instrumento para coleta de dados



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA EM NUTRIÇÃO E SAÚDE COLETIVA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI MARTINHO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

**MÓDULO 1: INFORMAÇÕES INICIAIS (ENTREVISTADOR)**

- I1.** Entrevistador: _____ N^oQUEST: _____
I2. Tipo de questionário: **1** Creche (0-3a11m) **2** Criança (4-9a11m) **3** Adolescente (10-19)
I3. Área: **1** Urbano **2** Rural Data ____ / ____ / ____
I4. Escola: _____

MÓDULO 2: INFORMAÇÕES SOBRE O ESCOLAR, A FAMÍLIA E RECURSOS (RESPONSÁVEL PELA CRIANÇA)

- I5.** Nome do aluno(a): _____
I5A. Sexo: **1** Masculino **2** Feminino **I5B.** D.N. ____ / ____ / ____
I6. Idade: ____ (anos) ____ (meses) **I7.** Série: ____ **I7A.** Turma: ____
I8. Nome do responsável: _____
I9A. Sexo: **1** Masculino **2** Feminino **I9B.** Idade: ____
I10. O responsável reside com a criança? **1** Sim **0** Não
I11. Endereço do domicílio da criança: _____

I11A. Área: **1** Urbano **2** Rural

I12. Parentesco com a criança:

- 1-** Pai
2- Mãe
3- Avô/avó
4- Tio(a)
5- Outro

I2A. Especificar outro: _____

I14. Ocupação do responsável:

- 1-** Tem trabalho
I14A. Especifique: _____
2- Procura trabalho
3- Aposentado
4- Pensionista
5- Estudante
6- Dona de casa
7- Desempregado
99- NS/NR

I16. A água utilizada no domicílio que a criança/adolescente reside é proveniente de: (Pode marcar mais de um alternativa)

- 1-** Rede pública
2- Cisterna na própria casa
3- Poço artesiano na própria casa
4- Busca água fora
99- NS/NR

I13. Escolaridade do responsável:

- 1-** Sem escolaridade
2- Primário incompleto
3- Primário completo
4- Secundário incompleto
5- Secundário completo
6- Curso técnico
7- Curso superior
99- NS/NR

I15. Qual o tipo de esgotamento do sanitário da casa em que a criança/adolescente mora?

- 1-** Rede pública coletora de esgoto
2- Fossa séptica
3- Fossa negra ou rudimentar
4- Vala
5- Não tem
6- Outro

I15A. Especifique: _____

I16A. Especifique: _____

I17. Na sua casa/propriedade existe alguma produção de alimentos (horta/plantação em geral) e/ou criação de animal para a alimentação?

- 0** Não **1** Sim **99** NS/NR

I17A. Qual(is): _____

I17B. Estes alimentos são utilizados para:

1- Consumo da própria família

2- Troca por outros alimentos

3- Troca por outra coisa que não é comida

4- Venda por dinheiro

99- NS/NR

I18. A água utilizada no domicílio está disponível diariamente?

0 Não 1 Sim 99 NS/NR

I19. Na família da criança alguém recebe o benefício proveniente do Programa Bolsa Família?

0 Não 1 Sim 99 NS/NR

I19A. Valor: _____

I20. Na família da criança alguém recebe o benefício proveniente do PETI?

0 Não 1 Sim 99 S/NR

I20A. Valor: _____

I21. Na família da criança alguém recebe cesta básica?

0 Não 1 Sim 99 S/NR

I21A. Quantidade de cestas mensal: _____

I22. Quantas pessoas moram no domicílio que a criança/adolescente vive? _____
pessoas

Nome da pessoa	Renda*	Nome da pessoa	Renda*

* Não considerar a renda de programas sociais

MÓDULO 3 - PRÁTICA ALIMENTAR, MORBIDADE E MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS

X1. A criança/adolescente é usuário de medicamentos para glicemia?

0. Não 1. Sim 99. NS/NR

X1A. Caso faça uso de medicamento para glicemia, utiliza insulina?

0. Não 1. Sim 99. NS/NR

X2. A criança/adolescente tem intolerância à Lactose?

0. Não 1. Sim 99. NS/NR

X3. A criança/adolescente tem intolerância a Glúten?

0. Não 1. Sim 99. NS/NR

X4. A criança/adolescente tem alergia a algum alimento?

0. Não 1. Sim 99. NS/NR

X4A. Se sim qual? _____

X5. A criança/adolescente apresenta dificuldade para deglutir?

0. Não 1. Sim 99. NS/NR

X6. A criança apresentou episódios de vômito nos últimos 3 meses?

0. Não 1. Sim 99. NS/NR

X7. A criança apresenta algum distúrbio do sono (sono agitado, dificuldade para dormir)

0. Não 1. Sim 99. NS/NR **X7A.** Qual? _____

X8. Peso1: _____ **X8A.** Peso2: _____

X9. Altura1: _____ **X9A.** Altura2: _____

X10. IMC: _____

Indicador (percentil)	Avaliação estado nutricional	
X11. Peso/idade(até 10 anos) (_____)	<input type="checkbox"/> Desnutrição	<input type="checkbox"/> Risco de desnutrição
	<input type="checkbox"/> Eutrofia	<input type="checkbox"/> Risco de excesso de peso
	<input type="checkbox"/> Excesso de peso	

X12.IMC/idade (_____)	<input type="checkbox"/> Desnutrição	<input type="checkbox"/> Risco de desnutrição
	<input type="checkbox"/> Eutrofia	<input type="checkbox"/> Risco de excesso de peso
	<input type="checkbox"/> Excesso de peso	
X13.Altura/idade (_____)	<input type="checkbox"/> Baixa estatura	<input type="checkbox"/> Risco de baixa estatura
	<input type="checkbox"/> Eutrofia	<input type="checkbox"/> Estatura elevada

MÓDULO 4 – PRÁTICA ALIMENTAR NA ESCOLA E ATIVIDADE FÍSICA

X14. Com qual frequência você come a alimentação escolar?

1. Todos os dias (4 a 5 dias) 2. Dia sim, dia não (3 dias)
3. Às vezes (1 a 2 dias) 4. Nunca 99. NR

X15. A comida da escola é a sua primeira refeição do dia?

0. Não 1. Sim, todos os dias (4 a 5 dias) 2. Sim, dia sim, dia não (3 dias)
3. Sim, às vezes (1 a 2 dias) 99. NR

X16. Tem algum(ns) alimento(s) que você comeu pela primeira vez na escola?

0. Não 1. Sim 99. NR

X13A. Se sim, Qual?

1. _____ 2. _____ 3. _____

X14. Tem algum alimento(s) que você só gosta de comer na escola?

0. Não 1. Sim 99. NR

X14A. Se sim, Qual?

1. _____ 2. _____ 3. _____

X15. Você traz algum alimento/doce/lanche para comer na escola?

0. Não 1. Sim, todos os dias (4 a 5 dias) 2. Sim, dia sim, dia não (3 dias)
3. Sim, às vezes (1 a 2 dias) 99. NR

X15A. Se sim, Qual? Cite os três alimentos/doce/lanche que você traz com mais frequência:

1. _____ 2. _____ 3. _____

X16. Na hora do recreio, você compra alimento/doce/lanche na lanchonete/barraca/ ou a algum vendedor para comer na escola?

0. Não 1. Sim, todos os dias (4 a 5 dias) 2. Sim, dia sim, dia não (3 dias)
3. Sim, às vezes (1 a 2 dias) 99. NS/NR

X16A. Se sim, em qual local ocorre a compra do alimento:

1. Dentro da escola 2. Fora da escola (ao lado da escola)

X17. Dentre essas comidas, qual a que você mais gosta?

1. Arroz de Leite com Soja 2. Achocolatado e Biscoito Doce

3. Feijoada com Charque, Legumes e Rapadura 4. Canja de Frango

5. Arroz Refogado com Carne Moída e Legumes 6. Sopa de Carne com Macarrão e Legumes

7. Cuscuz com Leite 8. Cuscuz com Frango

9. Cuscuz com Molho de Salsicha e Suco de Fruta 10. Iogurte com Biscoito Salgado

11. Cuscuz com Ovo 12. Outro _____

X18. Dentre essas comidas, qual a que você menos gosta?

1. Arroz de Leite com Soja 2. Achocolatado e Biscoito Doce

3. Feijoada com Charque, Legumes e Rapadura 4. Canja de Frango

5. Arroz Refogado com Carne Moída e Legumes 6. Sopa de Carne com Macarrão e Legumes

7. Cuscuz com Leite 8. Cuscuz com Frango

9. Cuscuz com Molho de Salsicha e Suco de Fruta 10. Iogurte com Biscoito Salgado

11. Cuscuz com Ovo 12. Outro _____

X19. Você acha gostosa a comida da escola?

1. Sim 0. Não 99. NS/NR

1. Salada crua (alface, tomate, cenoura, pepino, repolho, etc)									
2. Legumes e verduras cozidos (couve, abóbora, chuchu, brócolis, espinafre, etc) (não considerar batata e mandioca)									
3. Frutas frescas ou saladas de frutas									
4. Feijão									
5. Leite e iogurte									
6. Batata frita, batata de pacote e salgados fritos (coxinha, quibe, pastel, etc)									
7. Hambúrguer e embutidos (salsicha, mortadela, salame, presunto, linguiça)									
8. Bolachas/biscoitos salgados ou salgadinhos de pacote									
9. Bolachas/biscoitos doces ou recheados, doces, balas, e chocolates (em barra ou bombom)									
10. Refrigerante (não considerar os diet ou light)									

1- Em casa (domicílio)
(lanchonetes, praças...)

2- Na Escola

3- Local que comercializa alimentos

APÊNDICE C – Fotos da coleta de dados nas unidades escolares municipais de Frei Martinho/PB



Foto 1 – Entrevista com os responsáveis pelos escolares
Fonte: Autoria própria



Foto 2 – Aplicação do questionário com o escolar
Fonte: Autoria própria



Foto 3 – Equipe de pesquisa com a Secretária de Educação de Frei Martinho
Fonte: Autoria própria

ANEXO

ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário
Alcides Carneiro da Universidade Federal de Campina Grande

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
ALCIDES CARNEIRO /
UNIVERSIDADE FEDERAL DE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CHAMADA NUTRICIONAL DE ESCOLARES MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE FREI MARTINHO-PB

Pesquisador: POLIANA DE ARAUJO PALMEIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 30571913.9.0000.5182

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 677.825

Data da Relatoria: 28/05/2014

Apresentação do Projeto:

Título: CHAMADA NUTRICIONAL DE ESCOLARES MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE FREI MARTINHO-PB

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Responsável pela pesquisa: POLIANA DE ARAUJO PALMEIRA

A avaliação nutricional é uma estratégia eficaz de inquérito nutricional, que permite com baixo custo e num período curto de tempo mobilizar para fins de atitude de vigilância grande quantidade de indivíduos. O universo desta investigação abrangerá creche e escolas da zona urbana e da zona rural o que totalizam mais de 555 escolares com idade entre 0

e 19 anos do município de Frei Martinho. Considerando que os dados a serem coletados serão utilizados para iniciar o processo de acompanhamento e vigilância nutricional dos escolares de Frei Martinho, em parceria com o município e o estado, não será calculada amostra, pois pretendemos o coletivo total de escolares. A Coleta de dados acontecerá no ano de 2014 e a estratégia de trabalho de campo foi concebida com o apoio dos gestores e diretores das escolas e compreende a coleta de dados nas escolas. Sendo assim, será realizado o levantamento do número de alunos por escola e turma e planejado o deslocamento da equipe de pesquisa, composta por alunos de graduação em nutrição, até a escola. Com base no planejamento prévio

Endereço: Rua: Dr. Carlos Chagas, s/ n

Bairro: São José

CEP: 58.107-670

UF: PB

Município: CAMPINA GRANDE

Telefone: (83)2101-5545

Fax: (83)2101-5523

E-mail: cep@huac.ufcg.edu.br

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
ALCIDES CARNEIRO /
UNIVERSIDADE FEDERAL DE



Continuação do Parecer: 677.825

da coleta de dados os responsáveis pelos alunos serão orientados a comparecer na escola para contribuir com o preenchimento de informações necessárias, assim como assinar um termo de consentimento sobre a participação do escolar na pesquisa e futura publicação de dados.

O trabalho de campo será iniciado com a pesquisa na escola municipal e creche da zona urbana, em seguida escolas da zona rural.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar o estado nutricional de escolares matriculados na rede municipal de ensino de Frei Martinho/PB.

Objetivo Secundário:

- Traçar o perfil antropométrico de crianças e adolescentes com idade entre 0 e 19 anos, com base nos indicadores peso para idade, estatura/comprimento para idade, peso para estatura/comprimento e IMC para idade;- Avaliar características socioeconômicas das famílias e o acesso aos programas sociais das famílias das crianças estudadas;- Analisar a prática alimentar dos escolares a partir de indicadores de alimentação saudável;- Descrever a adesão da alimentação escolar de crianças e adolescentes.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Risco : previsto

Benefícios:

O beneficiamento dos participantes virá a longo prazo com a implementação de intervenções no âmbito escolar, para melhoramento dos problemas identificados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Este é um estudo de corte transversal do tipo descritivo, que compreende uma estimativa rápida populacional - Chamada Nutricional. A chamada nutricional é uma estratégia eficaz de inquérito nutricional, que permite com baixo custo e num período curto de tempo mobilizar para fins de atitude de vigilância grande quantidade de indivíduos (GUBERT et al, 2011).

O universo desta investigação abrangerá creche e escolas da zona urbana e da zona rural o que totalizam mais de 555 escolares com idade entre 0 e 19 anos do município de Frei Martinho. Considerando que os dados a serem coletados serão utilizados para iniciar o processo de acompanhamento e vigilância nutricional dos escolares de Frei Martinho, em parceria com o município e o estado, não será calculada amostra, pois pretendemos o coletivo total dos alunos.

Endereço: Rua. Dr. Carlos Chagas, s/ n
Bairro: São José **CEP:** 58.107-670
UF: PB **Município:** CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)2101-5545 **Fax:** (83)2101-5523 **E-mail:** cep@huac.ufcg.edu.br

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
ALCIDES CARNEIRO /
UNIVERSIDADE FEDERAL DE



Continuação do Parecer: 677.825

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto;
Projeto;
Termo de Consentimento livre esclarecido.

Recomendações:

Diante do observado na pesquisa constata-se que esta de acordo com o que preconiza a Resolução 466/12

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Somos de parecer favorável a aprovação da presente pesquisa.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Considerando que a pesquisa atende aos requisitos éticos, conforme estabelece a Resolução 466/2012/CNS, o parecer da relatoria foi APROVADO Ad Referendum. Sheila Milena Pessoa dos Santos Fernandes. Coordenação Pro Tempore do CEP/HUAC.

CAMPINA GRANDE, 06 de Junho de 2014

Assinado por:
Maria Teresa Nascimento Silva
(Coordenador)

Endereço: Rua: Dr. Carlos Chagas, s/ n
Bairro: São José **CEP:** 58.107-670
UF: PB **Município:** CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)2101-5545 **Fax:** (83)2101-5523 **E-mail:** cep@huac.ufcg.edu.br

ANEXO B – Declaração de aceitação da realização da pesquisa nas unidades escolares municipais de Frei Martinho/PB



PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI MARTINHO-PB
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que este município, representado pela Secretária de Educação, Cultura e Desporto, concorda e autoriza o desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado "CHAMADA NUTRICIONAL DE ESCOLARES MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE FREI MARTINHO-PB", coordenado pelas Professoras Ms. Poliana de Araújo Palmeira e Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso, do Centro de Educação e Saúde da Universidade Federal de Campina Grande, a ser realizado em todas as escolas e creche deste município.

Frei Martinho, 02 de dezembro de 2013

Aguiâneide Lira Dantas Gondim,
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto